

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	13
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	14
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	16
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	17
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	19
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	20
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	21
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	22
--------------------------	----

Notas Explicativas	31
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	89
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	91
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	93
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	94
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	159.009
Preferenciais	0
Total	159.009
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	954.974	735.162
1.01	Ativo Circulante	437.578	363.766
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	118.088	56.576
1.01.03	Contas a Receber	158.181	137.626
1.01.03.01	Clientes	158.181	137.626
1.01.04	Estoques	146.953	119.932
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.129	1.450
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.129	1.450
1.01.06.01.02	Demais Tributos Correntes a Recuperar	2.129	1.450
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	12.227	48.182
1.01.08.03	Outros	12.227	48.182
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	0	2.073
1.01.08.03.02	Créditos com Controlada	0	41.839
1.01.08.03.03	Adiantamento a Fornecedores	5.915	2.156
1.01.08.03.04	Outros	6.312	2.114
1.02	Ativo Não Circulante	517.396	371.396
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	225.866	169.757
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	145.332	105.767
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	52.337	5.369
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	92.995	100.398
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	80.534	63.990
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	17.010	8.457
1.02.01.09.04	Recebíveis da Eletrobrás	41.705	36.819
1.02.01.09.05	Tributos a Recuperar	4.070	1.682
1.02.01.09.06	Ativo Tributário	13.589	12.872
1.02.01.09.07	Ativo Atuarial	3.641	3.641
1.02.01.09.08	Outros	519	519
1.02.02	Investimentos	11.582	678
1.02.02.01	Participações Societárias	11.582	678
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	11.384	480
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	198	198
1.02.03	Imobilizado	261.081	185.841
1.02.04	Intangível	18.867	15.120

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	954.974	735.162
2.01	Passivo Circulante	313.530	331.645
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	25.365	17.581
2.01.02	Fornecedores	114.390	120.122
2.01.03	Obrigações Fiscais	27.704	32.062
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	27.704	32.062
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.424	3.488
2.01.03.01.02	Parcelamento de Obrigações Tributárias	19.782	22.029
2.01.03.01.03	Impostos, Taxas e Contribuições	5.498	6.545
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	109.314	75.584
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	109.314	75.584
2.01.05	Outras Obrigações	31.698	38.292
2.01.05.02	Outros	31.698	38.292
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	18.360	20.636
2.01.05.02.06	Dividendos a Pagar	303	8.799
2.01.05.02.07	Dividendos antecipados	7.100	0
2.01.05.02.08	Outros	5.935	8.857
2.01.06	Provisões	5.059	48.004
2.01.06.02	Outras Provisões	5.059	48.004
2.01.06.02.04	Provisão para Perda em Investimentos	0	41.496
2.01.06.02.05	Provisões para Contingências	2.344	1.288
2.01.06.02.06	Provisão para Participação nos Lucros	2.715	5.220
2.02	Passivo Não Circulante	470.594	276.398
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	229.070	90.016
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	229.070	90.016
2.02.02	Outras Obrigações	115.102	112.479
2.02.02.02	Outros	115.102	112.479
2.02.02.02.03	Fornecedores	12.550	0
2.02.02.02.05	Plano de Previdência Privada	2.623	2.918
2.02.02.02.06	Parcelamento de Obrigações Tributárias	99.896	109.561
2.02.02.02.08	Outros	33	0
2.02.03	Tributos Diferidos	16.446	16.309
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16.446	16.309
2.02.04	Provisões	109.976	57.594
2.02.04.02	Outras Provisões	109.976	57.594
2.02.04.02.04	Provisão para Perda em Investimentos	53.075	5.834
2.02.04.02.05	Provisões para Contingências	52.920	49.584
2.02.04.02.06	Provisão para Incentivo de Longo Prazo	3.981	2.176
2.03	Patrimônio Líquido	170.850	127.119
2.03.01	Capital Social Realizado	46.065	40.798
2.03.02	Reservas de Capital	0	267
2.03.04	Reservas de Lucros	45.069	50.069
2.03.04.01	Reserva Legal	3.283	3.283
2.03.04.10	Reserva de Lucros a Destinar	41.786	46.786
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	48.705	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	31.011	35.985

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	206.937	565.916	193.629	479.507
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-139.846	-391.070	-132.306	-333.491
3.03	Resultado Bruto	67.091	174.846	61.323	146.016
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-33.656	-88.444	-25.981	-66.145
3.04.01	Despesas com Vendas	-27.299	-75.394	-23.248	-63.331
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.360	-17.258	-5.042	-14.141
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.248	5.814	4.573	12.173
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	987	4.738	4.338	8.896
3.04.04.02	Outros Ganhos (Perdas), Líquidos	261	1.076	235	3.277
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-4.818	-10.554	-3.299	-7.928
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-4.818	-10.554	-3.299	-7.928
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.573	8.948	1.035	7.082
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	33.435	86.402	35.342	79.871
3.06	Resultado Financeiro	-6.317	-19.307	-4.312	-17.440
3.06.01	Receitas Financeiras	4.298	12.954	3.624	11.783
3.06.01.01	Receitas Financeiras	4.298	12.954	3.624	11.783
3.06.02	Despesas Financeiras	-10.615	-32.261	-7.936	-29.223
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-9.974	-28.051	-7.651	-25.980
3.06.02.02	Varição Cambial, Líquida	-641	-4.210	-285	-3.243
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	27.118	67.095	31.030	62.431
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5.257	-15.917	-9.330	-16.941
3.08.01	Corrente	-4.869	-15.780	-7.349	-14.366
3.08.02	Diferido	-388	-137	-1.981	-2.575
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	21.861	51.178	21.700	45.490
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	21.861	51.178	21.700	45.490
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,13748	0,32186	0,13647	0,28608

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,13748	0,32186	0,13647	0,28068

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	21.861	51.178	21.700	45.490
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-292	-3.789	-585	-4.361
4.02.01	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	-395	-1.184
4.02.02	Varição Cambial de Controlada Localizada no Exterior	-292	-3.789	-190	-3.177
4.03	Resultado Abrangente do Período	21.569	47.389	21.115	41.129

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	3.652	32.520
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	96.951	91.042
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício Antes dos Tributos	67.095	62.431
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	12.178	12.194
6.01.01.03	Equivalência Patrimonial	-8.948	-7.082
6.01.01.04	Variação Cambial Não Realizada	7.751	366
6.01.01.05	Provisão de Estoque a Valor de Mercado	1.159	-1.416
6.01.01.06	Provisão para Devedores Duvidosos	-122	-1.862
6.01.01.07	Provisão para Contingências	909	4.847
6.01.01.08	Provisão de Obrigações Trabalhistas	6.838	6.482
6.01.01.09	Provisão para Participação nos Lucros	-700	6.110
6.01.01.10	Outras Provisões	-2.766	1.099
6.01.01.12	Atualizações do Empréstimo Compulsório Eletrobrás	-4.886	-4.047
6.01.01.13	Atualizações de Ativos Tributários	-717	-832
6.01.01.14	Atualizações de Créditos com Outras Pessoas Ligadas	-3.852	-5.287
6.01.01.15	Encargos Financeiros com Tributos Parcelados	5.174	7.618
6.01.01.16	Decomposição de Desconto de Provisões para Contingências	3.483	3.301
6.01.01.18	Juros Provisionados de Empréstimos	12.953	6.038
6.01.01.19	Deságio Sobre Créditos Recebidos de Partes Relacionadas	1.431	0
6.01.01.20	Outros	-29	1.082
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-74.832	-40.209
6.01.02.01	(Aumento)/Redução do Contas a Receber	-20.438	-35.008
6.01.02.02	Aumento/(Redução) de Adiantamento de Clientes	-2.276	2.748
6.01.02.04	(Aumento)/Redução do Estoque	-28.180	-22.540
6.01.02.06	(Aumento)/Redução de Depósitos Judiciais	-8.553	-349
6.01.02.07	(Aumento)/Redução de Créditos com Pessoas Ligadas	9.824	0
6.01.02.08	(Aumento)/Redução de Ativos Não Circulantes	-4.659	-1.032
6.01.02.09	Aumento/(Redução) do Contas a Pagar	6.520	35.034
6.01.02.10	(Aumento)/Redução de Adiantamento a Fornecedores	-3.759	-2.003
6.01.02.11	Aumento/(Redução) de Parcelamentos	-17.086	-16.216
6.01.02.12	Aumento/(Redução) de Obrigações Fiscais	-6.753	2.065
6.01.02.13	Aumento/(Redução) de Obrigações Trabalhistas	946	196
6.01.02.14	Aumento/(Redução) de Outras Contas a Pagar	-156	-2.518
6.01.02.15	Aumento/(Redução) de Outras Contas a Pagar Não Circulante	-262	-586
6.01.03	Outros	-18.467	-18.313
6.01.03.01	Juros Pagos	-7.329	-7.491
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-11.138	-10.822
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-90.761	-15.268
6.02.01	Aquisição do Ativo Imobilizado	-86.581	-13.413
6.02.02	Aquisição do Ativo Intangível	-4.584	-9.024
6.02.03	Dividendos Recebidos	9.173	7.937
6.02.04	Recebimento na Venda de Ativo Permanente	192	68
6.02.05	(Concessão)/Recebimento de Créditos com Partes Relacionadas	-8.961	-836

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	148.621	-12.775
6.03.01	Captação de Empréstimos e Financiamentos	247.392	66.032
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-83.820	-78.803
6.03.03	Dividendos Pagos	-14.951	0
6.03.04	Captação (Pagamento) de Empresas Ligadas	0	-4
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	61.512	4.477
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	56.576	8.091
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	118.088	12.568

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	40.798	267	50.069	0	35.985	127.119
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	40.798	267	50.069	0	35.985	127.119
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-3.658	0	-3.658
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-3.658	0	-3.658
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	52.363	-4.974	47.389
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	51.178	0	51.178
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	1.185	-4.974	-3.789
5.05.02.06	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	1.185	-1.185	0
5.05.02.07	Variação Cambial de Controlada Localizada no Exterior	0	0	0	0	-3.789	-3.789
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	5.267	-267	-5.000	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	267	-267	0	0	0	0
5.06.04	Aumento de Capital Social	5.000	0	-5.000	0	0	0
5.07	Saldos Finais	46.065	0	45.069	48.705	31.011	170.850

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	112.957	267	0	-73.738	42.304	81.790
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	112.957	267	0	-73.738	42.304	81.790
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	46.674	-4.361	42.313
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	45.490	0	45.490
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	1.184	-4.361	-3.177
5.05.02.06	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	1.184	-1.184	0
5.05.02.07	Variação Cambial de Controlada Localizada no Exterior	0	0	0	0	-3.177	-3.177
5.07	Saldos Finais	112.957	267	0	-27.064	37.943	124.103

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
7.01	Receitas	711.657	608.839
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	703.154	594.984
7.01.02	Outras Receitas	8.381	11.993
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	122	1.862
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-366.011	-303.561
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-300.914	-246.116
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-67.163	-56.913
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	2.066	-532
7.03	Valor Adicionado Bruto	345.646	305.278
7.04	Retenções	-12.178	-12.194
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-12.178	-12.194
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	333.468	293.084
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	51.867	33.483
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	8.950	7.082
7.06.02	Receitas Financeiras	42.917	26.401
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	385.335	326.567
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	385.335	326.567
7.08.01	Pessoal	100.457	85.301
7.08.01.01	Remuneração Direta	87.677	73.603
7.08.01.02	Benefícios	7.280	6.518
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.500	5.180
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	166.145	149.471
7.08.02.01	Federais	90.454	84.518
7.08.02.02	Estaduais	75.368	64.777
7.08.02.03	Municipais	323	176
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	67.555	46.305
7.08.03.01	Juros	61.147	40.565
7.08.03.02	Aluguéis	6.408	5.740
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	51.178	45.490
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	51.178	45.490

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	903.592	695.321
1.01	Ativo Circulante	448.051	328.230
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	120.444	58.870
1.01.03	Contas a Receber	164.325	142.678
1.01.03.01	Clientes	164.325	142.678
1.01.04	Estoques	147.184	120.045
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.053	2.064
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.053	2.064
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	456	459
1.01.06.01.02	Demais Tributos Correntes a Recuperar	2.597	1.605
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	13.045	4.573
1.01.08.03	Outros	13.045	4.573
1.01.08.03.03	Adiantamento a Fornecedores	4.491	954
1.01.08.03.04	Outros	8.554	3.619
1.02	Ativo Não Circulante	455.541	367.091
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	173.529	164.501
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	92.995	100.398
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	92.995	100.398
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	80.534	64.103
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	17.010	8.494
1.02.01.09.04	Recebíveis da Eletrobrás	41.705	36.819
1.02.01.09.05	Tributos a Recuperar	4.070	1.682
1.02.01.09.06	Ativo Tributário	13.589	12.872
1.02.01.09.07	Ativo Atuarial	3.641	3.641
1.02.01.09.08	Outros	519	595
1.02.02	Investimentos	198	215
1.02.02.01	Participações Societárias	198	215
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	198	215
1.02.03	Imobilizado	262.247	187.056
1.02.04	Intangível	19.567	15.319

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	903.592	695.321
2.01	Passivo Circulante	312.891	295.375
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	26.764	18.459
2.01.02	Fornecedores	116.168	121.113
2.01.03	Obrigações Fiscais	29.450	34.348
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	29.450	34.348
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.927	4.142
2.01.03.01.02	Parcelamento de Obrigações Tributárias	20.386	22.961
2.01.03.01.03	Impostos, Taxas e Contribuições	6.137	7.245
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	109.314	75.584
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	109.314	75.584
2.01.05	Outras Obrigações	25.401	38.707
2.01.05.02	Outros	25.401	38.707
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	19.020	20.813
2.01.05.02.06	Dividendos a Pagar	303	8.810
2.01.05.02.07	Outros	6.078	9.084
2.01.06	Provisões	5.794	7.164
2.01.06.02	Outras Provisões	5.794	7.164
2.01.06.02.05	Provisões para Contingências	2.940	1.322
2.01.06.02.06	Provisões para Participação nos Lucros	2.854	5.842
2.02	Passivo Não Circulante	419.832	272.819
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	229.993	90.931
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	229.993	90.931
2.02.02	Outras Obrigações	115.664	113.364
2.02.02.02	Outros	115.664	113.364
2.02.02.02.03	Fornecedores	12.550	0
2.02.02.02.05	Plano de Previdência Privada	2.623	2.918
2.02.02.02.06	Parcelamento de Obrigações Tributárias	100.458	110.446
2.02.02.02.08	Outros	33	0
2.02.03	Tributos Diferidos	16.446	16.309
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16.446	16.309
2.02.04	Provisões	57.729	52.215
2.02.04.02	Outras Provisões	57.729	52.215
2.02.04.02.05	Provisões para Contingências	52.931	49.592
2.02.04.02.06	Provisão para Incentivo de Longo Prazo	4.798	2.623
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	170.869	127.127
2.03.01	Capital Social Realizado	46.065	40.798
2.03.02	Reservas de Capital	0	267
2.03.04	Reservas de Lucros	45.069	50.069
2.03.04.01	Reserva Legal	3.283	3.283
2.03.04.10	Reserva de Lucros a Destinar	41.786	46.786
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	48.705	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	31.011	35.985
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	19	8

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	220.945	604.301	207.127	514.289
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-139.566	-390.418	-132.125	-332.926
3.03	Resultado Bruto	81.379	213.883	75.002	181.363
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-46.203	-122.264	-37.612	-96.402
3.04.01	Despesas com Vendas	-33.914	-92.018	-27.366	-75.102
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.478	-21.397	-6.508	-18.071
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	638	4.265	3.919	10.181
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	377	3.189	3.684	6.904
3.04.04.02	Outros Ganhos (Perdas), Líquidos	261	1.076	235	3.277
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-5.449	-13.114	-7.657	-13.410
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-5.449	-13.114	-7.657	-13.410
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	35.176	91.619	37.390	84.961
3.06	Resultado Financeiro	-5.978	-18.910	-4.396	-17.628
3.06.01	Receitas Financeiras	4.969	13.984	3.672	11.968
3.06.01.01	Receitas Financeiras	4.969	13.984	3.672	11.968
3.06.02	Despesas Financeiras	-10.947	-32.894	-8.068	-29.596
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-10.306	-28.684	-7.783	-26.353
3.06.02.02	Variação Cambial, Líquida	-641	-4.210	-285	-3.243
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	29.198	72.709	32.994	67.333
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.318	-21.478	-11.380	-22.285
3.08.01	Corrente	-6.930	-21.341	-9.399	-19.710
3.08.02	Diferido	-388	-137	-1.981	-2.575
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	21.880	51.231	21.614	45.048
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-15	-42	88	450
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-15	-42	88	450
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	21.865	51.189	21.702	45.498
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	21.861	51.178	21.700	45.490
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	4	11	2	8

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,13748	0,32186	0,13647	0,28608
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,13748	0,32186	0,13647	0,28608

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	21.865	51.189	21.702	45.498
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-292	-3.789	-585	-4.361
4.02.01	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	-395	-1.184
4.02.02	Varição Cambial de Controlada Localizada no Exterior	-292	-3.789	-190	-3.177
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	21.573	47.400	21.117	41.137
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	21.569	47.389	21.115	41.129
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	4	11	2	8

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	4.443	41.719
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	104.449	103.375
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício Antes dos Tributos	72.709	67.333
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	12.241	12.226
6.01.01.04	Variação Cambial Não Realizada	119	483
6.01.01.05	Provisão de Estoque a Valor de Mercado	1.164	-2.550
6.01.01.06	Provisão para Devedores Duvidosos	-130	-2.951
6.01.01.07	Provisão para Contingências	1.406	4.833
6.01.01.08	Provisão de Obrigações Trabalhistas	6.838	7.008
6.01.01.09	Provisão para Participação nos Lucros	-813	7.240
6.01.01.10	Outras Provisões	-2.767	1.099
6.01.01.12	Atualizações do Empréstimo Compulsório Eletrobrás	-4.886	-4.047
6.01.01.13	Atualizações de Ativos Tributários	-717	-832
6.01.01.14	Atualizações de Créditos com Outras Pessoas Ligadas	-3.852	-5.287
6.01.01.15	Encargos Financeiros com Tributos Parcelados	5.233	7.751
6.01.01.16	Decomposição de Desconto de Provisões para Contingências	3.551	3.308
6.01.01.18	Juros Provisionados de Empréstimos	12.953	6.214
6.01.01.19	Deságio Sobre Créditos Recebidos de Partes Relacionadas	1.431	0
6.01.01.20	Outros	-31	1.547
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-75.905	-39.258
6.01.02.01	(Aumento)/Redução do Contas a Receber	-21.522	-35.274
6.01.02.02	Aumento/(Redução) de Adiantamento de Clientes	-1.793	2.697
6.01.02.04	(Aumento)/Redução do Estoque	-28.303	-21.441
6.01.02.06	(Aumento)/Redução de Depósitos Judiciais	-8.516	-349
6.01.02.07	(Aumento)/Redução de Creditos com Pessoas Ligadas	9.824	0
6.01.02.08	(Aumento)/Redução de Ativos Não Circulantes	-5.635	-766
6.01.02.09	Aumento/(Redução) do Contas a Pagar	7.307	35.508
6.01.02.10	(Aumento)/Redução de Adiantamento a Fornecedores	-3.537	-2.047
6.01.02.11	Aumento/(Redução) de Parcelamentos	-17.796	-17.051
6.01.02.12	Aumento/(Redução) de Obrigações Fiscais	-6.893	1.026
6.01.02.13	Aumento/(Redução) de Obrigações Trabalhistas	1.467	163
6.01.02.14	Aumento/(Redução) de Outras Contas a Pagar	-246	-1.138
6.01.02.15	Aumento/(Redução) de Outras Contas a Pagar Não Circulante	-262	-586
6.01.03	Outros	-24.101	-22.398
6.01.03.01	Juros Pagos	-7.329	-7.510
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-16.772	-14.888
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-91.490	-23.447
6.02.01	Aquisição do Ativo Imobilizado	-86.586	-14.281
6.02.02	Aquisição do Ativo Intangível	-5.096	-9.234
6.02.04	Recebimento na Venda de Ativo Permanente	192	68
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	148.621	-12.771
6.03.01	Captação de Empréstimos e Financiamentos	247.392	66.032
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-83.820	-78.803
6.03.03	Dividendos Pagos	-14.951	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	43
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	61.574	5.544
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	58.870	10.065
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	120.444	15.609

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	40.798	267	50.069	0	35.985	127.119	8	127.127
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	40.798	267	50.069	0	35.985	127.119	8	127.127
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-3.658	0	-3.658	0	-3.658
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-3.658	0	-3.658	0	-3.658
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	52.363	-4.974	47.389	11	47.400
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	51.178	0	51.178	11	51.189
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	1.185	-4.974	-3.789	0	-3.789
5.05.02.06	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	1.185	-1.185	0	0	0
5.05.02.07	Variação Cambial de Controlada Localizada no Exterior	0	0	0	0	-3.789	-3.789	0	-3.789
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	5.267	-267	-5.000	0	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	267	-267	0	0	0	0	0	0
5.06.04	Aumento de Capital Social	5.000	0	-5.000	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	46.065	0	45.069	48.705	31.011	170.850	19	170.869

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	112.957	267	0	-73.738	42.304	81.790	8	81.798
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	112.957	267	0	-73.738	42.304	81.790	8	81.798
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	46.674	-4.361	42.313	8	42.321
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	45.490	0	45.490	8	45.498
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	1.184	-4.361	-3.177	0	-3.177
5.05.02.06	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	1.184	-1.184	0	0	0
5.05.02.07	Varição Cambial de Controlada Localizada no Exterior	0	0	0	0	-3.177	-3.177	0	-3.177
5.07	Saldos Finais	112.957	267	0	-27.064	37.943	124.103	16	124.119

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
7.01	Receitas	749.617	644.074
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	747.496	634.998
7.01.02	Outras Receitas	1.990	6.125
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	131	2.951
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-378.554	-315.660
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-300.211	-245.598
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-80.362	-69.501
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	2.061	-1.011
7.02.04	Outros	-42	450
7.02.04.01	Resultado de Operações Descontinuadas	-42	450
7.03	Valor Adicionado Bruto	371.063	328.414
7.04	Retenções	-12.241	-12.226
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-12.241	-12.226
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	358.822	316.188
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	43.948	26.587
7.06.02	Receitas Financeiras	43.948	26.587
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	402.770	342.775
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	402.770	342.775
7.08.01	Pessoal	106.147	90.938
7.08.01.01	Remuneração Direta	92.606	78.630
7.08.01.02	Benefícios	7.647	6.896
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.894	5.412
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	176.896	159.401
7.08.02.01	Federais	101.162	94.421
7.08.02.02	Estaduais	75.373	64.777
7.08.02.03	Municipais	361	203
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	68.538	46.938
7.08.03.01	Juros	61.785	40.946
7.08.03.02	Aluguéis	6.753	5.992
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	51.189	45.498
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	51.178	45.490
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	11	8

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO 3T13

A Portobello S.A., empresa de capital aberto integrante do Novo Mercado da Bovespa, apresenta seus resultados referentes ao 3º trimestre de 2013 e o acumulado do ano. As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados e em reais, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e com o IFRS (*International Financial Reporting Standards*). As comparações realizadas neste comunicado levam em consideração o terceiro trimestre de 2012 e 2011.

Sobre a Portobello

A Portobello é hoje a maior empresa cerâmica do Brasil, com receita líquida anual superior a R\$ 700 milhões. Sua produção, próxima de 30 milhões de metros quadrados atende países dos cinco continentes e também o mercado interno, por meio de revendas multimarcas, da Portobello Shop e do canal de vendas para a engenharia. São 7 fábricas nas quais trabalham mais de dois mil e quatrocentos colaboradores, responsáveis pelo design e inovação de itens que lançam tendências na arquitetura e decoração no Brasil. Sediada em Tijucas, Santa Catarina, a empresa relata seus avanços em responsabilidade socioambiental desde 1997.

DESTAQUES

- A Receita Operacional Líquida atingiu R\$ 604 milhões nos 9M13, superando em 18% o mesmo período de 2012;
- O Lucro Operacional (EBIT) atingiu R\$ 91 milhões, sendo 11% superior aos nove meses de 2012 e uma margem de 15,0%;
- O EBITDA totalizou R\$ 103 milhões, registrando um crescimento de 9% em relação aos 9M12, com margem EBITDA de 17%;
- O Lucro Líquido nos 9M13 é de R\$ 51 milhões, representando 8,5% em relação à Receita Líquida;
- Conclusão da implantação da linha de produção de porcelanato esmaltado de grandes formatos;
- Pagamento antecipado de dividendos e juros sobre capital próprio em 26 de setembro de 2013 no montante R\$ 6,5 milhões (líquido de imposto de renda).

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

A demanda por materiais de construção e acabamento apresentou leve crescimento no terceiro trimestre de 2013, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (ABRAMAT). No entanto, a Portobello continua apresentando desempenho superior ao do setor de materiais de construção, 6 p.p. acima do índice ABRAMAT.

O volume vendido também apresentou um aumento que contribuiu na manutenção da margem, quando comparado com o 3T12, decorrente de uma política comercial adequada, além de aproveitar o momento favorável do mercado da construção civil brasileira e focar em produtos de maior valor agregado. Já as ações comerciais em relação ao mercado externo, estão igualmente focadas em produtos de maior rentabilidade, confirmando através dos resultados, os avanços da Companhia em busca de competitividade internacional.

A Administração mantém a estratégia de concentrar a produção em produtos de maior valor agregado e também no modelo de produção híbrido, que combina produção própria e terceirizada (*“outsourcing”*), permitindo atender, com flexibilidade e velocidade, a demanda por produtos comerciais, principalmente para o segmento de construtoras e incorporadoras.

Mantendo a cultura da Portobello, durante os meses de 2013, deu-se continuidade às ações de racionalização interna buscando ganhos de produtividade, qualidade e redução de custos industriais. Por outro lado, a

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

valorização do câmbio frente aos produtos de “outsourcing”, reduziram, em parte, os ganhos obtidos no processo produtivo.

O modelo de distribuição através de quatro canais distintos, também contribuiu para o sucesso das vendas, atendendo com maior agilidade e qualidade, de acordo com as características específicas de portfólio de produtos, com equipes de profissionais especializados, serviços, logística e política comercial.

Nos nove primeiros meses de 2013, foram realizados investimentos - que influenciaram no aumento do endividamento - como parte da estratégia de crescimento da Companhia. A partir de julho de 2013, iniciou-se a produção de porcelanato de grandes formatos, atendendo a demanda que é crescente e que vem acompanhada de um desejo de personalização e estilo cada vez maior. Além disso, a Companhia está investindo no modelo logístico com a criação de centros de distribuição (CD), sendo que um “CD”, já está operando no estado de Pernambuco. E para conquistar ainda mais mercados, a Companhia iniciará ainda em 2013 um grande projeto, que é a instalação de uma fábrica no estado de Alagoas, elevando os resultados da Companhia em um novo patamar, com aumento de lucratividade e ganhos de *market share*.

Como ingrediente adicional, a Portobello continua confiante no seu processo de meritocracia, baseado em metas, avaliações e remuneração variável, que vêm contribuindo significativamente para o seu crescimento.

Em conjunto com o excelente resultado que a Companhia vem apresentando ao longo dos últimos anos, está a consolidação da marca “Portobello”, que lidera o segmento de revestimentos cerâmicos na América do Sul, cada vez mais evidente com as diversas premiações colecionadas nos últimos anos, mostrando que a Companhia leva a sério o que faz por todos os seus *stakeholders*.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultado consolidado	3T11	3T12	3T13	Var. % 3T13 x 3T12	9M11	9M12	9M13	Var. % 9M13 x 9M12
Receita bruta	211.753	257.093	279.433	9%	551.740	643.916	765.476	19%
Receita líquida	167.900	207.127	220.945	7%	436.171	514.289	604.301	18%
Lucro bruto	57.375	75.002	81.379	9%	138.294	181.363	213.883	18%
<i>Margem bruta</i>	34,2%	36,2%	36,8%	0,6 p.p.	31,7%	35,3%	35,4%	0,1 p.p.
Despesas operacionais	(32.206)	(37.847)	(46.464)	23%	(94.229)	(99.679)	(123.340)	93%
Vendas	(25.821)	(27.366)	(33.914)	24%	(72.007)	(75.102)	(92.018)	23%
Gerais e administrativas	(4.619)	(6.508)	(7.478)	15%	(13.614)	(18.071)	(21.397)	18%
Outras receitas (despesas)	(1.766)	(3.973)	(5.072)	28%	(8.608)	(6.506)	(9.925)	53%
EBIT	25.169	37.155	34.915	-6%	44.065	81.684	90.543	11%
<i>Margem EBIT</i>	15,0%	17,9%	15,8%	-2,1 p.p.	10,1%	15,9%	15,0%	-0,9 p.p.
Resultado financeiro ⁽¹⁾	(7.407)	(4.161)	(5.717)	37%	(19.683)	(14.351)	(17.834)	24%
Tributos sobre o Lucro	(5.024)	(11.380)	(7.318)	-36%	(7.709)	(22.285)	(21.478)	-4%
Lucro líquido acumulado	12.568	21.702	21.865	1%	16.282	45.498	51.189	13%
<i>Margem líquida</i>	7,5%	10,5%	9,9%	-0,6 p.p.	3,7%	8,8%	8,5%	-0,3 p.p.
EBITDA	29.176	41.215	39.959	-3%	55.959	93.910	102.784	9%
<i>Margem EBITDA</i>	17,4%	19,9%	18,1%	-1,8 p.p.	12,8%	18,3%	17,0%	-1,3 p.p.

(1) Inclui outros ganhos e perdas.

Receita Líquida

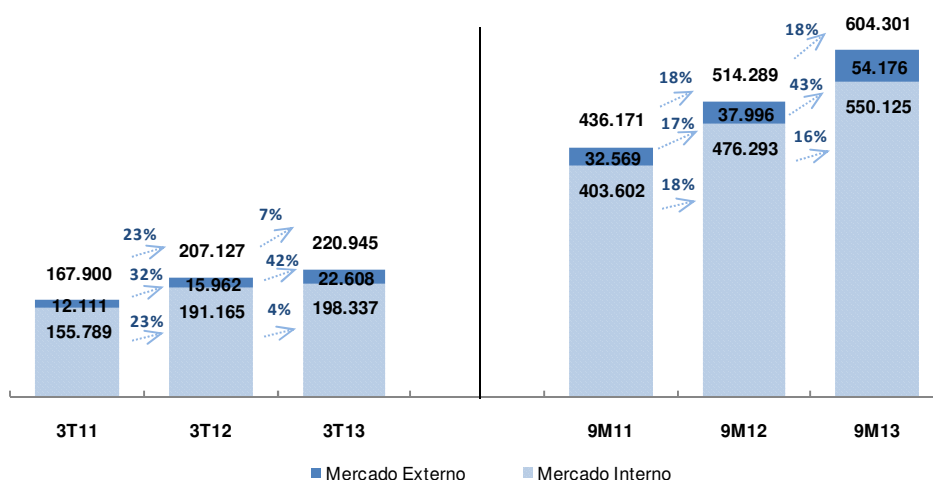
A receita líquida consolidada alcançou R\$ 604 milhões em 2013, 18% acima dos 514 milhões nos 9M12, sendo que 90% foram realizados no mercado interno, que teve crescimento similar entre os canais Engenharia, Varejo multimarcas e Portobello Shop. O excelente desempenho foi positivamente influenciado pelo crescimento do volume físico de vendas e por mix de venda mais nobre com lucratividade maior por unidade vendida, com participação principal dos produtos de porcelanato esmaltado de grandes formatos.

A performance do mercado externo apresentou crescimento de 43% frente aos 9M12, em função da valorização do dólar frente ao real e do foco em produtos de maior valor agregado para esse mercado.

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Receita Operacional Líquida

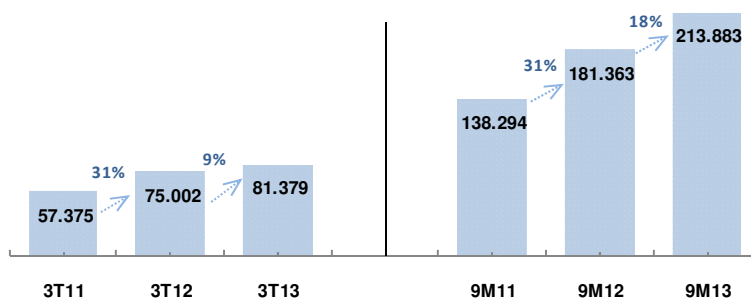


Lucro Bruto

O lucro bruto totalizou R\$ 81 milhões no trimestre findo em 30 de setembro de 2013, apresentando um crescimento de 9% sobre o mesmo período do ano anterior, já no acumulado dos 9M13 o crescimento foi de 18% quando comparado com o mesmo período de 2012. A margem bruta ficou estável, tanto no 3T13 como 9M13, em comparação com 2012.

O desempenho deste trimestre, deve-se além do crescimento do volume de vendas e mix de produtos com maior valor agregado, à melhoria na performance industrial fruto das ações e medidas focadas em ganhos de eficiência operacional e consequentemente redução de custos, além de ganhos de qualidade e aperfeiçoamento contínuo dos processos industriais, estes que neutralizaram a valorização do dólar frente aos custos com produtos adquiridos de terceiros.

Lucro Bruto



Resultado Operacional

No 3T13, as despesas com vendas totalizaram R\$ 34 milhões, correspondendo a 15% da receita líquida e aumento de 2,1 p.p. na comparação com o 3T12, influenciada especialmente por maiores investimentos em força de venda, campanhas de marketing e investimentos em novo modelo logístico, que contemplou a abertura de um centro de distribuição no estado de Pernambuco. Este modelo logístico, consolida melhor nível de serviço, com menor custo e investimento de capital a total cadeia. No acumulado, as despesas com vendas mantiveram a mesma proporção da receita, em 15%.

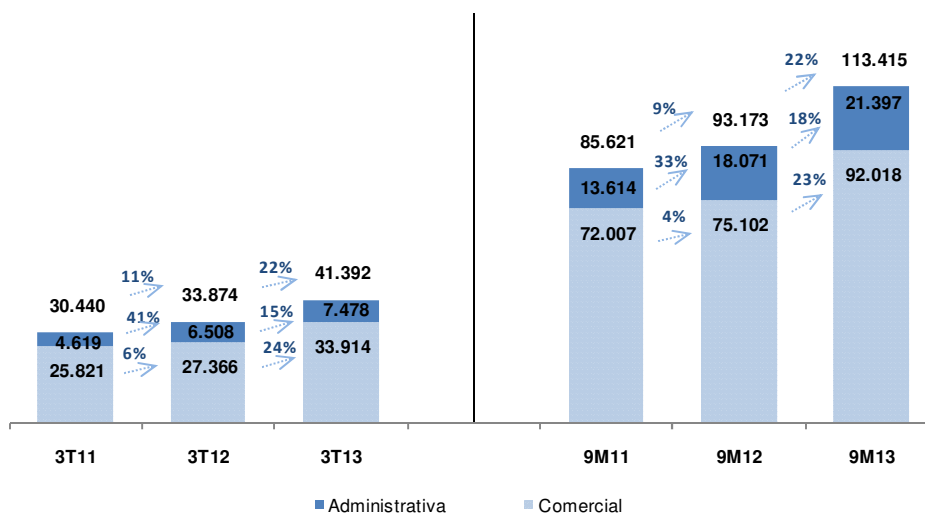
As despesas administrativas totalizaram R\$ 7 milhões no 3T13, 15% superior em relação ao 3T12. Na comparação anual, o aumento foi de 18%, fruto principalmente das despesas com consultorias e gastos com

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

estudos relativos ao plano de expansão, que contempla a nova unidade de Alagoas que já está em fase pré-operacional. Em termos de receita líquida, as despesas administrativas representaram 3% no trimestre e 4% no acumulado, os mesmos percentuais verificados nos mesmos períodos do ano anterior.

Despesas Comerciais e Administrativas



As outras despesas operacionais líquidas de R\$ 5 milhões no trimestre referem-se principalmente ao programa de incentivo de longo prazo (com liquidação completa após cinco anos do reconhecimento inicial), provisão de participação de funcionários a ser pago após o final do exercício e provisão para contingências.

O resultado operacional antes do financeiro (EBIT) alcançou R\$ 35 milhões e R\$ 91 milhões, respectivamente, no 3T13 e acumulado. A relação EBIT sobre a receita líquida apresentou uma margem de 15,8% no trimestre e 15,0% no semestre.

EBITDA

A geração de caixa, medida pelo EBITDA, foi de R\$ 40 milhões no trimestre e acumulou R\$ 103 milhões nos 9M13 com margem EBITDA de 18% no trimestre e 17% no acumulado. Se isolarmos os gastos com a nova fábrica de Alagoas o EBITDA no 3T13 foi de R\$ 42 milhões no trimestre e R\$ 107 milhões no acumulado.

EBITDA	3T11	3T12	3T13	Var. % 3T13 x 3T12	9M11	9M12	9M13	Var. % 9M13 x 9M12
Lucro líquido	12.565	21.700	21.861	1%	16.276	45.490	51.178	13%
Resultado financeiro e outros ganhos e perdas	7.407	4.161	5.717	37%	19.683	14.351	17.834	24%
Depreciação e amortização	4.007	4.060	5.044	24%	11.894	12.226	12.241	0%
Imposto de renda e contribuição social	5.024	11.380	7.318	-36%	7.709	22.285	21.478	-4%
Operações descontinuadas e outros	173	(86)	19	-122%	397	(442)	53	-112%
(=) EBITDA das operações continuadas	29.176	41.215	39.959	-3%	55.959	93.910	102.784	9%
Projeto nova Fábrica de Alagoas	-	-	2.481	-	-	-	3.798	-
(=) EBITDA recorrente	29.176	41.215	42.440	3%	55.959	93.910	106.582	13%
% da receita líquida	17%	20%	18%	-1,8 p.p.	13%	18%	17%	-1,3 p.p.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresentou despesa líquida de R\$ 6 milhões no 3T13, contra os R\$ 4 milhões no trimestre do ano anterior. No acumulado, apresentou total de R\$ 17,8 milhões, dos quais R\$ 3,1 milhões são referentes à variação cambial no período. Embora o endividamento apresente um crescimento relevante neste trimestre em função dos investimentos, a Companhia vem captando linhas de financiamento a custos menores.

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ENDIVIDAMENTO / ESTRUTURA DE CAPITAL

Em 30 de setembro de 2013 o endividamento bancário líquido era de R\$ 219 milhões, contra R\$ 95 milhões ao fim do 3T12 e representava 1,6 ao EBITDA dos últimos 12 meses. O aumento está relacionado aos investimentos em expansão que sustentarão o crescimento da Companhia.

O endividamento tributário, líquido dos créditos com a empresa ligada Refinadora Catarinense, apresentou redução de 27%, sendo este 6 pontos percentuais menor do que a variação do ano anterior (33%) devido efeito do pagamento das parcelas devidas.

Endividamento	3T11	3T12	3T13
Bancário			
Circulante	80.729	71.553	109.314
Não circulante	42.623	38.570	229.993
Total do endividamento bancário	123.352	110.123	339.307
Disponibilidades e títulos e valores mobiliários	(10.347)	(15.609)	(120.444)
Total do endividamento bancário líquido	113.005	94.514	218.863
Tributário	149.066	137.411	120.844
Créditos com Refinadora Catarinense	(91.843)	(99.078)	(92.995)
Total do endividamento tributário líquido	57.223	38.333	27.849
Total endividamento	170.228	132.847	246.712

Alavancagem financeira	3T11	3T12	3T13
Endividamento bancário líquido	113.005	94.514	218.863
Endividamento tributário líquido	57.223	38.333	27.849
EBITDA (últimos 12 meses)	78.267	115.588	138.127
(=) Dívida bancária líquida / EBITDA	1,4	0,8	1,6
(=) Dívida bancária líquida e tributária líquida / EBITDA	2,2	1,1	1,8

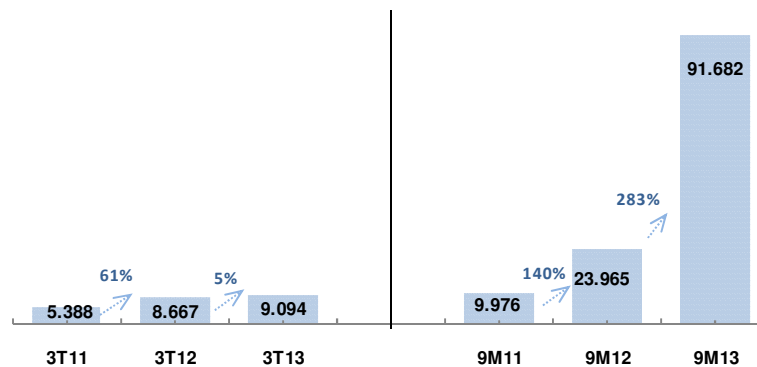
INVESTIMENTOS

Os projetos de crescimento visam investimentos em ativos fixos, que até setembro de 2013, estavam concentrados na implantação de uma linha completa de porcelanato de grandes formatos, com equipamentos totalmente automatizados de tecnologia italiana de última geração, com alta produtividade e baixo consumo energético concluída em julho de 2013 e já vem apresentando influência no resultado da empresa. Além disso, neste período, iniciaram investimentos em novo modelo logístico, mencionados anteriormente, para suprir os projetos de crescimento.

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Investimentos



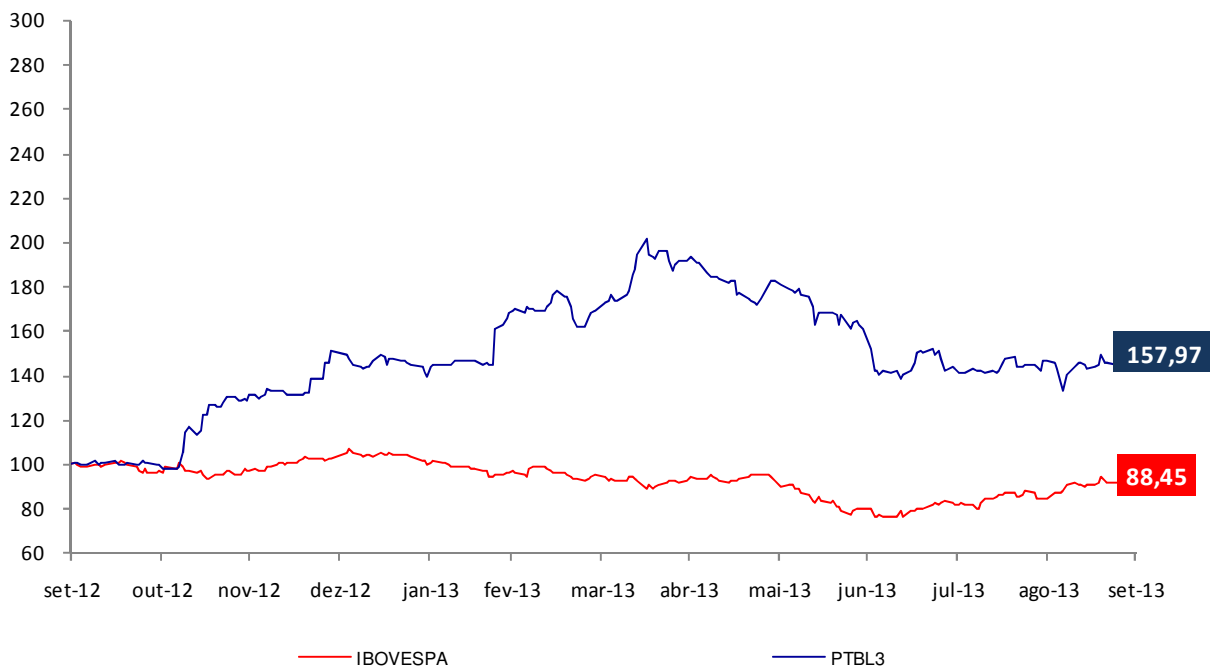
REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 14 de agosto de 2013 para pagamento no exercício de 2013 o total de R\$ 2,8 milhões a título de dividendos antecipados e R\$ 4,2 milhões a título de juros sobre capital próprio. Com esta deliberação, o montante pago em 26 de setembro de 2013 foi de R\$ 6,9 milhões (R\$ 6,3 milhões, líquido de imposto de renda). O total distribuído equivale a 14% do lucro líquido acumulado da Companhia em 2013 e representa um *yield* (dividendo por ação dividido pela cotação final da ação) de 0,86%.

DESEMPENHO DAS AÇÕES PTBL3

As ações ordinárias emitidas pela Portobello, negociadas na BM&FBovespa sob o código PTBL3, encerraram o último pregão de setembro de 2013 cotadas a R\$ 4,66, apresentando valorização de 57% nos últimos doze meses, enquanto o Ibovespa registrou queda de 12%. Ao final do terceiro trimestre de 2013, a Portobello apresentava um valor de mercado equivalente a R\$ 741 milhões (R\$ 469 milhões em 30 de setembro de 2012).

PTBL3 x Ibovespa De (base 100) 30/09/2012 a 30/09/2013



Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

PERSPECTIVAS

- A Companhia acredita e tem direcionado os seus esforços para o mercado doméstico. Estima-se a manutenção dos níveis de crescimento das vendas em função dos lançamentos de empreendimentos imobiliários e da demanda percebida no varejo, o consumo também está sendo influenciado pela alíquota zero de IPI para produtos cerâmicos, prorrogada até o final de 2013;
- Para suprir a demanda iremos aumentar a oferta com mais produtos adquiridos de terceiros e produtos de grandes formatos, com aumento da capacidade em 20% e investimentos na ordem de R\$ 86 milhões;
- No segmento das lojas especializadas, sua rede de franquias – Portobello Shop – tem programada a abertura de novas lojas em diversos Estados: Rio de Janeiro, Bahia, Pará, Paraíba, Acre, Amapá, São Paulo e Minas Gerais;
- A exportação tem se mostrado um mercado com potencial de crescimento. A crescente demanda por produtos de maior valor agregado possibilita à Portobello atender este mercado;
- Continuidade nos ganhos de produtividade, com consequentes reduções de custos de produção e ganho de qualidade, os investimentos em logística e nosso processo de meritocracia indicam a manutenção ou incremento da lucratividade aos níveis obtidos em 2012;
- A Companhia tem sofrido pressões inflacionárias nos custos dos insumos, principalmente energia e mão de obra. O risco de aumento no gás natural existe e pode afetar a competitividade da Portobello e da indústria cerâmica catarinense. Ações para neutralizar os efeitos estão em andamento;
- Este ano, o setor cerâmico foi beneficiado pela desoneração da folha de pagamento, o que irá melhorar a competitividade do setor cerâmico brasileiro;
- O processo de investigação antidumping de porcelanato técnico, conduzido pela SECEX (Secretaria de Comércio Exterior) continua. O escopo é verificar a existência de dumping nas importações brasileiras de produtos da China;
- A Portobello considera importantes as medidas em análise pelos órgãos governamentais objetivando revisar as tarifas de importação dos porcelanatos técnicos de forma a regularizar a competitividade da indústria nacional neste segmento específico de produtos;
- A construção da nova fábrica em Alagoas viabilizará a entrada da Companhia no segmento e no mercado do Nordeste. Pretende-se atender todo o mercado regional, além de exportar para o mercado internacional, como os Estados Unidos e a Europa. O início das obras está prevista para 1º de novembro e início das operações para janeiro de 2015;
- O desenvolvimento no processo de distribuição é outro foco da Companhia. A fim de tornar a logística um diferencial do negócio nos próximos anos está sendo revisada e desenhada toda cadeia. A ação prevista para os meses subsequentes é a criação de três novos centros de distribuição;

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Como um dos importantes valores de sua marca, a Sustentabilidade é para a Companhia um compromisso permanente com o futuro nas áreas ambiental, social e econômica através da adoção de práticas que garantam a perenidade do meio ambiente, da sociedade e do negócio.

Na área ambiental, a empresa tem um Sistema de Gestão que permite o alinhamento da produção e administração com os requisitos legais, a prevenção da poluição e a melhoria contínua. O Gás Natural utilizado em 100% da produção (cujo volume consumido vem caindo devido à implantação de projetos de racionalização), a reciclagem, reutilização ou reforma de todos os resíduos sólidos e o circuito fechado de água utilizada no processo produtivo são exemplos dessa prática.

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No primeiro semestre de 2013 já foram investidos cerca de R\$ 656 mil em ações com o meio ambiente como execução de estudos de investigação ambiental e o monitoramento de efluentes e de emissões aéreas. Mantemos áreas equivalentes de preservação permanente para as áreas próprias de onde retiramos matéria-prima, sendo 291 hectares com preservação garantida. Reduzimos de 5 para 3 anos o tempo de retorno das áreas exploradas para sua vocação natural através de um especial método de recuperação.

No nosso portfólio, constam diferentes madeiras em porcelanato que unem design e ecologia poupando cada vez mais árvores. Nossos produtos têm, em média, 18% de conteúdo reciclado, que garante 1 ponto para os projetos na avaliação *Green Building*. As linhas *Planet* e *Habitat* têm mais de 20% de conteúdo reciclado, mostrando que é possível fazer mais com menos. A Portobello foi à primeira empresa brasileira a produzir porcelanato Extra Fino com 5,0mm de espessura. Mais leve e fácil de manusear, cortar e transportar. Extra Fino Portobello reduz o consumo de recursos energéticos e naturais, além de não gerar resíduos na aplicação sobreposta.

Na área social há que se destacar em 2013 a publicação do Relatório de Sustentabilidade e a publicação da 2ª edição do livro *Arquitetura Brasileira*, que promove a produção dos arquitetos brasileiros, o programa *Atleta do Futuro* que atende mais de 300 crianças da comunidade, o programa de Estágio e *Trainee* que visa formar futuros profissionais e a gestão da responsabilidade social, que compete a um Conselho composto por funcionários. Em 2012, 240 crianças participaram do Projeto *Atletas do Futuro*, 43 participaram do *Coral Anjos Luz* e em torno de R\$ 200mil foram doados para obras de interesse social em 2011 e 2012.

A Portobello ainda desenvolve as seguintes iniciativas de responsabilidade socioambiental:

- Logística – embalagens recicláveis e ergonômicas
- Programa de vacinação, saúde no trabalho e prevenção a acidentes
- Programa de inclusão para pessoas com necessidades especiais
- Patrocínios e doações a entidades filantrópicas e culturais
- Olimpíada interna para colaboradores
- Campanha do agasalho e Natal Voluntário

Para implantar esta visão no campo da sustentabilidade, a Portobello conta um Conselho de Sustentabilidade, que assessora a Diretoria na fixação das políticas e das estratégias da empresa nas áreas ambiental, social e de governança corporativa. Analisa os diversos programas e projetos existentes na empresa, voltados para os públicos interno e externo, avalia sua repercussão e alcance nas três dimensões ambientais, sociais e de Governança Corporativa e sugere ações que possam contribuir para a eficácia dos mesmos.

AUDITORIA INDEPENDENTE

A política da Portobello em relação aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa das demonstrações financeiras, se substancia nos princípios que preservam a independência profissional. Estes princípios se baseiam na premissa de que o auditor não deve periciar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais ou, ainda, advogar por seu cliente. Durante o 3T13, a Companhia não contratou os auditores independentes para outros serviços não relacionados à auditoria externa.

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Diretoria

Nome	Cargo
Cesar Gomes Júnior	Diretor Presidente
Cláudio Ávila da Silva	Diretor Vice-Presidente
John Shojiro Suzuki	Diretor Financeiro/Relações com Investidores
Mauro do Valle Pereira	Diretor

Conselho de Administração

Nome	Cargo
Cesar Bastos Gomes	Presidente
Cesar Gomes Júnior	Vice-Presidente (Diretor Presidente)
Cláudio Ávila da Silva	Conselheiro (Diretor Vice-Presidente)
Plínio Villares Musetti	Conselheiro (Independente)
Glauco José Côte	Conselheiro (Independente)
Mário José Gonzaga Petrelli	Conselheiro (Independente)
Maurício Levi	Conselheiro (Independente)
Rami Naum Goldfajn	Conselheiro (Independente)

Visite o Site de Relações com Investidores: www.portobello.com.br/ri

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Portobello S.A., também referida nesta demonstração como “Companhia” ou “Controladora”, é uma sociedade anônima de capital aberto e as suas ações são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA S.A.), sob o código PTBL3. A Companhia é controlada por um grupo de acionistas, formalizado pelo acordo celebrado em 15 de abril de 2011, que detém em 30 de setembro de 2013 60,70% das ações da sociedade. Os 39,25% remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas.

A Companhia com sede em Tijuca, Santa Catarina, foi constituída em 1977 e tem como principal objeto social a industrialização e comercialização de produtos cerâmicos e porcelânicos em geral, como pisos, porcelanato técnico e esmaltado, peças decoradas e especiais, mosaicos, produtos destinados ao revestimento de paredes internas, fachadas externas, bem como, a prestação de serviços complementares para aplicação no ramo de materiais de construção civil no Brasil e no exterior.

Adicionalmente, a Companhia tem participação societária nas sociedades controladas: (i) Portobello América que foi constituída com o objetivo de vender os produtos Portobello no mercado norte-americano, e que em 30 de setembro de 2013 está classificada como uma operação descontinuada conforme descrito na nota explicativa nº 36; (ii) Mineração Portobello que é responsável pelo fornecimento de uma parte da matéria prima utilizada na produção dos revestimentos cerâmicos; (iii) PBTech que é responsável pela gestão de lojas próprias Portobello Shop e atualmente administra uma loja em Belo Horizonte; e a (iv) Portobello Shop, administradora das redes de franquias de lojas Portobello Shop e Empório Portobello, especializadas em revestimentos cerâmicos. É a única franquia de revestimentos cerâmicos do Brasil e conta com 112 lojas.

2 Base de preparação

a) Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As Demonstrações Contábeis Intermediárias consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As Demonstrações Contábeis Intermediárias individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

As Demonstrações Contábeis Intermediárias individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso do Grupo, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo e o patrimônio líquido e resultado da Companhia controladora em suas Demonstrações Contábeis Intermediárias individuais.

Assim sendo, as Demonstrações Contábeis Intermediárias consolidadas do Grupo e as Demonstrações Contábeis Intermediárias individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

As referidas Demonstrações Contábeis Intermediárias foram preparadas de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a elaboração de Demonstrações Contábeis Intermediárias (ITR).

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A emissão das Demonstrações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 17 de outubro de 2013.

b) Base de mensuração

As Demonstrações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias:

- o ativo atuarial de benefício definido que é reconhecido como ativo do plano, acrescido do custo de serviço passado e perdas atuariais, deduzido dos ganhos e do valor presente da obrigação do benefício definido, e é limitado conforme nota 3.18.
- os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas Demonstrações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, exceto a moeda funcional da controlada Portobello América, Inc. que é o dólar americano, convertido para o real na data de apresentação, conforme nota explicativa nº 3.3 b). Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas na nota explicativa nº 4.

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Consolidação

3.1.1 Demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que cessa o controle.

O percentual de participação societária da Companhia em empresas controladas é como segue:

	Percentual do capital	
	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Portobello América, Inc.	100,00	100,00
PBTech Com. Serv. Revest. Cer. Ltda.	99,94	99,94
Portobello Shop S.A.	99,90	99,90
Mineração Portobello Ltda.	99,76	99,76

As operações entre a Companhia e suas controladas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados para fins de preparação das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas.

As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

b) Transações e participações das não controladoras

A Companhia e suas controladas tratam as transações com participações não controladoras da mesma forma que as transações com proprietários de ativos classificados como partes relacionadas. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

Quando a Companhia ou suas controladas deixam de ter controle, qualquer participação retida é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se os ativos e passivos relacionados tivessem sido diretamente alienados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

3.1.2 Demonstrações contábeis intermediárias individuais

Nas demonstrações contábeis intermediárias individuais, as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

Na utilização do método de equivalência patrimonial, a parcela do resultado das controladas destinada a dividendos é reconhecida como dividendos a receber no ativo circulante. Portanto, o valor do investimento está demonstrado líquido do dividendo proposto pela controlada. Desta forma não há reconhecimento de receita de dividendos.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.2 Apresentação de informações por segmento de negócio

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e suas controladas.

3.3 Conversão de moeda estrangeira

a) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para Reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como outros ganhos e perdas líquidos, exceto as operações de financiamentos que estão reconhecidas no resultado financeiro, conforme descrito nas notas explicativas nº 34 e nº 35.

b) Empresas controladas

Os ativos e passivos em moeda estrangeira (Dólar dos Estados Unidos) registrados por controlada sediada no exterior foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio no fechamento do balanço e o resultado foi convertido pelas taxas de câmbio médias mensais. A variação cambial sobre o investimento no exterior foi registrada como ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido sob a rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial".

3.4 Ativos Financeiros

3.4.1 Classificação

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento, ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (mantidos para negociação) e ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia e suas controladas compreendem "contas a receber de clientes", bem como "caixa e equivalentes de caixa".

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas e são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para devedores duvidosos "PDD" (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia e suas controladas), as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A provisão para devedores duvidosos (*impairment*) é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia ou suas controladas não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber e o cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas.

d) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

São basicamente os títulos e valores mobiliários que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento.

e) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (mantidos para negociação)

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda de curto prazo e classificados como ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

3.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual há o compromisso de compra ou venda do ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

3.4.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.5 *Impairment* de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii) torna-se provável que o devedor declare falência ou outra reorganização financeira;
- iv) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- v) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos devedores de empréstimo na carteira;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

3.5.1 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda por redução ao valor recuperável. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto a perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva o Grupo utiliza tendências históricas de probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra empréstimos e recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

3.6 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em processo compreende matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e gastos

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

3.7 Depósitos judiciais

Os saldos dos depósitos judiciais estão atualizados monetariamente pela taxa de poupança e apresentados como ativo não circulante, realizável a longo prazo.

3.8 Recebíveis da Eletrobrás

Os recebíveis da Eletrobrás são decorrentes de valor incontroverso e são reconhecidos com base no cálculo da contadoria de Justiça Federal e estão atualizados por índice de inflação, acrescidos de 12% a.a.

3.9 Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecida no resultado do exercício como receita ou despesa operacional. No caso da variação cambial de investimento na controlada Portobello América Inc., as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registrados ao resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda.

A provisão para perdas em investimentos é constituída quando ocorrem perdas de investimentos em controladas e estas perdas excedem o limite do valor contábil do investimento. A Companhia classifica a provisão no passivo não circulante, sob a rubrica "Provisão para perdas em investimentos" e a contrapartida da provisão é registrada no resultado, na rubrica "Resultado da equivalência patrimonial". No passivo circulante está classificada a provisão para perda em investimento na controlada Portobello América que está em fase de descontinuação.

Outros investimentos estão reconhecidos pelo custo histórico e ajustado pela provisão para *impairment*, caso exista algum indicador de perda (nota explicativa nº 18).

3.10 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo atribuído, deduzido da depreciação acumulada. A contrapartida das reavaliações é registrada em conta própria do patrimônio líquido e em conta de tributos diferidos no passivo não circulante. Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados no custo de produção, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Anos
Edificações, obras civis e benfeitorias	33
Máquinas e equipamentos	14
Móveis e utensílios	10
Computadores	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Até o presente momento, essas revisões não indicam a necessidade de reconhecer perdas permanentes.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (nota explicativa nº 19).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

3.11 Intangível

O intangível refere-se ao registro dos direitos que tem por objeto bens incorpóreos, como marcas e patentes, gastos de implantação do sistema de gestão e softwares e direitos de exploração de jazidas de minérios, fundo de comércio. São apresentados pelo custo incorrido na aquisição ou formação e, posteriormente deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Assim são demonstrados ao custo de aquisição, combinada com as taxas anuais de amortização calculadas pelo método linear, mencionadas na nota explicativa nº 20, levando em consideração a vida útil definida para o ativo, como segue:

	Anos
Softwares	5
Direito de exploração de jazidas	5
Marcas e patentes	Indefinida
Fundo de comércio	Indefinida
Sistema de gestão	(a)

(a) Ativo intangível em formação e sua vida útil ainda será definida.

A Companhia e suas controladas determinaram a vida útil das marcas e patentes e fundo de comércio como indefinida. Com base em uma análise de todos os fatores relevantes, verificou-se que estes ativos não apresentaram limites previsíveis em relação ao período durante o qual se espera que os mesmos gerem fluxos de entrada de caixa líquidos para as entidades.

A recuperação de um ativo intangível com vida útil indefinida é testada comparando o seu valor recuperável com o seu respectivo valor contábil. O procedimento é feito anualmente ou sempre que haja uma indicação de que o ativo intangível pode estar perdendo substância econômica, conforme determinação do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável e entende que os saldos em 30 de setembro de 2013 estão próximos do valor justo.

3.12 Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia e suas controladas assumem substancialmente os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros sob a rubrica "Empréstimos e financiamentos", e registrados como uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento pelo valor justo e

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

subsequentemente pelo custo amortizado. O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas usuais, descritas na nota explicativa nº 19.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte dos riscos e benefícios de propriedade ficam com a Companhia e suas controladas são classificados como arrendamentos operacionais. As despesas com arrendamentos operacionais são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

3.13 Impairment de ativos não financeiros, (exceto estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos)

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* anualmente e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

3.14 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.15 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*").

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Controladora e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o fim do exercício.

3.16 Provisões para contingências, passivos e ativos contingentes

As provisões para contingências são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação e são avaliadas individualmente pelos consultores jurídicos e legais da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações contábeis intermediárias, e os classificados como remotos não são provisionados e nem divulgados.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Companhia julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

3.17 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda (25%) e da contribuição social (9%) sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável.

Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias ativas, assim como, os débitos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de reavaliação de ativo imobilizado e diferenças temporárias passivas. Os créditos levaram em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária e registrados até o montante considerado como realizável com base em estimativas preparadas pela Companhia.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

3.18 Benefícios a empregados

a) Plano de previdência privada

A Companhia patrocina plano de benefício com característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade (componentes de benefício definido). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente das obrigações de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de serviços passados não reconhecidos. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são registrados como outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido sob a rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial".

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas e as contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos dos serviços correntes futuros estiver disponível.

A Companhia não utiliza o método corredor, assim não houve impactos da alteração do CPC 33, IAS 19 (R1).

b) Plano de participação nos resultados

O reconhecimento desta participação é realizado mensalmente no passivo circulante, sob a rubrica "Outros" e na demonstração do resultado sob a rubrica "Outras despesas operacionais". Seu cálculo baseia-se em uma fórmula que considera o atingimento de 80% do lucro antes dos juros e impostos orçados.

c) Incentivo de longo prazo

A Companhia opera um plano de incentivos de longo prazo, segundo os quais a entidade recebe serviços dos empregados como contraprestação por caixa ou ações da Companhia. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções (caixa ou pagamento em ações), é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido como obrigação é determinado anualmente considerando os principais aspectos: o crescimento do EBITDA e uma relação do EBITDA com a dívida líquida da Companhia (nota explicativa 29). O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio.

3.19 Capital social

O capital social da Companhia está representado exclusivamente por ações ordinárias e estão classificadas no patrimônio líquido conforme nota explicativa n° 30.

3.20 Custos de emissão

Os custos de emissão de ações são reconhecidos no patrimônio líquido da Companhia, deduzindo o valor das ações emitidas.

3.21 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

3.22 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas e é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre a Companhia e suas controladas.

A receita de venda é reconhecida no momento da entrega física dos bens ou serviços, transferência de propriedade e quando todas as seguintes condições tiverem sido satisfeitas: a) o cliente assume os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens; b) o valor da receita pode ser medido com segurança; c) o reconhecimento do contas a receber é provável; e d) os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser medidos com segurança.

a) Venda de produtos - atacado

A Companhia produz e vende uma variedade de revestimentos cerâmicos no mercado atacado. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o atacadista, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo atacadista. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido embarcados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o atacadista; (iii) o atacadista tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

Os revestimentos cerâmicos são eventualmente vendidos com descontos por volume. Os clientes têm o direito de devolver produtos com defeitos no mercado atacadista. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda. As vendas são realizadas com prazo de pagamento variado de acordo com o tipo de cliente (Home Centers, Construtoras, Lojas Franqueadas), que não têm caráter de financiamento e são consistentes com a prática do mercado; portanto, essas vendas não são descontadas ao valor presente.

b) Receita de royalties

A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização.

3.23 Resultado de operações descontinuadas

O resultado de operação descontinuada é apresentado em montante único na demonstração do resultado, contemplando o resultado total após o imposto de renda destas operações menos qualquer perda relacionada a *impairment* e são apresentadas na nota explicativa n° 36.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações de resultados e de

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

resultados abrangentes comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

3.24 Demonstração do valor adicionado

O Grupo elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.,

3.25 Despesas financeiras

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos, variação monetária nas contas a pagar a fornecedores, variação cambial de empréstimos e financiamentos, atualização de parcelamento de impostos e descontos concedidos a clientes. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3.26 Novas normas contábeis

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2013, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia e suas controladas.

- IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras". A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido.
- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O IFRS 9 é aplicável somente a partir de 1º de janeiro de 2015.
- O IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" apóia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle.
- IFRS 11 - "Acordos em conjunto", emitido em maio de 2011. A norma provê reflexões mais realísticas dos acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma legal. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto.

- IFRS 12 - "Divulgação de participação em outras entidades", trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente.
- IFRS 13 - "Mensuração de valor justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP.

A adoção das referidas normas não resultam em nenhuma alteração em relação ao método usado na elaboração das Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

4.1 Estimativas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

a) Revisão da vida útil e recuperação dos ativos

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

b) Provisões para contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

c) Provisões para perda no estoque

A provisão de estoque para potenciais perdas é constituída quando, com base na estimativa da Administração, os itens são definidos como descontinuados, baixo giro e quando o valor dos itens de estoque estiverem a um custo superior ao valor realizável líquido.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos são baseados em diferenças temporárias e prejuízos fiscais entre os valores contábeis nas demonstrações contábeis intermediárias e a base fiscal. Se a Companhia e suas controladas operarem com prejuízo ou não forem capazes de gerar lucro tributável futuro suficiente, ou se houver uma mudança material nas atuais taxas de imposto ou período de tempo no

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

qual as diferenças temporárias subjacentes se tornem tributáveis ou dedutíveis, seria necessário uma reversão de parte significativa de nosso ativo fiscal diferido, podendo resultar em um aumento na taxa efetiva de imposto.

e) Plano de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A taxa de desconto apropriada é determinada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a administração considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na nota explicativa nº 28.

4.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade

a) Recebíveis da Eletrobrás

O reconhecimento dos recebíveis da Eletrobrás embasa-se na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e está suportado pelo trânsito em julgado da ação, que encontra-se atualmente em liquidação de sentença. Os valores já foram apurados pelo setor de Contadoria da Justiça Federal, observados os contornos da sentença condenatória e os balizamentos observados pelo juiz da causa, desta forma de acordo com os consultores jurídicos, é praticamente certo a chancela definitiva dos valores postulados.

b) Créditos com outras pessoas ligadas com garantias

O recebível da Refinadora Catarinense é reconhecido com base no valor de contrato firmado com a contraparte e no valor das garantias oferecidas. Os créditos cedidos em garantia já foram convertidos em precatório e encontram-se insertos no orçamento da União. A Refinadora Catarinense S/A já efetuou o pagamento em agosto de 2011 e março de 2013 de parte dos haveres em favor da Companhia correspondente respectivamente à primeira e segunda parcela anual, de um total de 10 parcelas, conforme disposição contratual.

c) Parcelamento MP 470

O valor do parcelamento da MP 470 baseia-se no princípio que a Companhia obterá o deferimento do pedido de acordo com a opinião de seus consultores jurídicos.

A Companhia já requereu a prestação jurisdicional para obter a homologação judicial do parcelamento a que alude a MP 470. A referida ação – Mandado de Segurança – tem como desfecho praticamente certo a sua procedência, secundada no pronunciamento da área jurídica da Companhia, bem como de dois escritórios de advocacia de notória especialização (Demarest Almeida e Souza Cescon).

d) Benefícios fiscais de ICMS

A Companhia possui incentivo fiscal de ICMS denominado PRODEC - Programa de desenvolvimento da empresa Catarinense - concedido pelo governo estadual de Santa Catarina, conforme descrito na nota explicativa nº 22(i). O Supremo Tribunal Federal – STF proferiu decisões em Ações Diretas, declarando

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados. Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Companhia vem acompanhando, juntamente com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações contábeis intermediárias.

5 Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro consolidado.

A gestão de risco é realizada pela Tesouraria e Diretoria Financeira, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria e a Diretoria Financeira, identificam, avaliam e protegem a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as suas unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de mercado

i) Risco cambial

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, basicamente com relação ao Dólar dos Estados Unidos e ao Euro. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Apresentamos a seguir os saldos ativos e passivos expostos à variação da taxa de câmbio:

	Em reais			
	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Contas a receber	23.407	18.183	23.407	18.183
Créditos com controladas	45.657	41.839	-	-
Provisão para perdas em investimentos	(45.327)	(41.496)	-	-
Fornecedores, líquido de adiantamentos	(32.463)	(22.205)	(32.463)	(22.205)
Empréstimos e financiamentos	(57.671)	(48.006)	(57.671)	(48.006)
Comissões	(979)	(815)	(979)	(815)
Passivos líquidos expostos	(67.376)	(52.500)	(67.706)	(52.843)

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Em moeda estrangeira			
		Controladora		Consolidado	
		30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Contas a receber	euro	400	176	400	176
Fornecedores, líquido de adiantamentos	euro	(1.807)	(1.305)	(1.807)	(1.305)
Empréstimos e financiamentos	euro	(179)	(265)	(179)	(265)
Comissões	euro	(52)	(23)	(52)	(23)
		(1.638)	(1.417)	(1.638)	(1.417)
Contas a receber	dolar	6.695	6.907	6.695	6.907
Créditos com controladas	dolar	20.474	20.474	-	-
Provisão para perdas em investimentos	dolar	(20.326)	(20.306)	-	-
Fornecedores, líquido de adiantamentos	dolar	(12.113)	(9.145)	(12.113)	(9.145)
Empréstimos e financiamentos - FINIMP	dolar	(14.640)	(16.143)	(14.640)	(16.143)
Empréstimos e financiamentos - Outros	dolar	(10.979)	(7.000)	(10.979)	(7.000)
Comissões	dolar	(373)	(372)	(373)	(372)
		(31.262)	(25.585)	(31.410)	(25.753)

A estratégia adotada para mitigar a exposição cambial dos ativos e passivos da Companhia tem sido manter a exposição cambial passiva em valores aproximados ao equivalente a um ano de suas exportações. Neste trimestre a exposição foi equivalente 11 meses.

ii) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos e financiamentos de longo prazo e está associado a empréstimos emitidos a taxas variáveis que expõem a Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros e fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem as entidades ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Baseado em diversos cenários, a Companhia administra o risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros, usando o *Swap* de taxa de juros, que recebe juros variáveis e paga juros fixos e tem o efeito econômico de converter empréstimos mantidos em taxas variáveis para taxas fixas. As taxas fixas, que são resultado dessa operação de *Swap*, são menores que aquelas disponíveis se a Companhia tomasse os empréstimos diretamente a taxas fixas. Por meio das operações de *Swap* de taxas de juros, a Companhia concorda com outras partes em trocar, a intervalos especificados, a diferença entre as taxas contratuais fixas e os valores de juros a taxas variáveis, calculada mediante os valores de referência (notional) acordados entre as partes.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

b) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas mantem rigorosos controles sobre a concessão de créditos a seus clientes, e ajusta estes limites sempre que é detectada alteração material no nível de risco percebido.

No que diz respeito às aplicações financeiras, são preponderantemente realizadas em fundos de investimentos, conforme descrito na nota explicativa nº 6.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria e Diretoria Financeira.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Controladora e consolidado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora							
	30 de setembro de 2013				31 de dezembro de 2012			
	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento financeiro	Fornecedores	Parcelamento de obrigações tributárias	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento financeiro	Fornecedores	Parcelamento de obrigações tributárias
Menos de um ano	108.481	983	114.510	19.779	74.667	917	120.541	22.029
Entre um e dois anos	129.909	737	-	20.585	17.507	1.274	-	26.377
Entre dois e cinco anos	99.010	-	-	29.439	72.356	209	-	28.251
Acima de cinco anos	3.214	-	-	49.875	2.290	-	-	54.933
Total	340.615	1.720	114.510	119.678	166.820	2.400	120.541	131.590

	Consolidado							
	30 de setembro de 2013				31 de dezembro de 2012			
	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento financeiro	Fornecedores	Parcelamento de obrigações tributárias	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento financeiro	Fornecedores	Parcelamento de obrigações tributárias
Menos de um ano	108.481	983	116.288	20.383	74.667	917	121.532	22.961
Entre um e dois anos	129.909	737	-	20.715	17.500	1.274	-	26.809
Entre dois e cinco anos	99.933	-	-	29.601	72.328	209	-	28.404
Acima de cinco anos	3.214	-	-	50.145	3.240	-	-	55.233
Total	341.538	1.720	116.288	120.844	167.735	2.400	121.532	133.407

d) Análise de sensibilidade

i) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e TJLP.

Em 30 de setembro de 2013 a administração considerou como cenário provável a taxa de CDI de 8,71% e TJLP de 5,00%. A taxa provável foi então agravada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Os cenários abaixo foram estimados para o período de um ano:

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Operação	Consolidado em Reais							
	30 de setembro de 2013	Risco	Provável		Possível (25%)		Remoto (50%)	
			%	R\$	%	R\$	%	R\$
Aplicações (remuneradas 101,70% CDI)	117.557	Baixa CDI	8,71%	10.413	6,53%	7.810	4,36%	5.207
Total	117.557			10.413		7.810		5.207
Operação								
Empréstimos - Capital de giro	(14.800)	Alta CDI	8,71%	(1.289)	10,89%	(1.611)	13,07%	(1.934)
Empréstimos - Nota de crédito de exportação	(59.844)	Alta CDI	8,71%	(5.212)	10,89%	(6.516)	13,07%	(7.819)
Empréstimos - Trade 4131 Swap	(51.640)	Alta CDI	8,71%	(4.498)	10,89%	(5.622)	13,07%	(6.747)
Empréstimos - BNDES	(31.588)	Alta TJLP	5,00%	(1.579)	6,25%	(1.974)	7,50%	(2.369)
Total	(157.872)			(12.578)		(15.723)		(18.869)

ii) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira no balanço de 30 de setembro de 2013 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas demonstrações contábeis intermediárias. A taxa provável foi então agravada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

	Consolidado em Reais						
	30 de setembro de 2013	Provável		Possível (25%)		Remoto (50%)	
		Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)
Contas a receber	23.407	2,2300	-	2,7875	5.852	3,3450	11.704
Fornecedores, líquido de adiantamentos	(32.463)	2,2300	-	2,7875	(8.116)	3,3450	(16.232)
Empréstimos e financiamentos	(57.671)	2,2300	-	2,7875	(14.418)	3,3450	(28.836)
Comissões	(979)	2,2300	-	2,7875	(245)	3,3450	(490)
Passivos líquidos expostos	(67.706)	2,2300	-	2,7875	(16.927)	3,3450	(33.854)

5.2 Gestão de capital

Os objetivos da administração ao gerir seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e suas controladas para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, de forma obter o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio ou capital de terceiros.

O capital é monitorado com base no índice de alavancagem financeira consolidado. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e parcelamento de obrigações tributárias, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, créditos com outras pessoas ligadas e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 30 de setembro de 2013 podem ser assim sumariados:

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Empréstimos e financiamentos	338.384	165.600	339.307	166.515
Parcelamento de obrigações tributárias	119.678	131.590	120.844	133.407
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(118.088)	(56.576)	(120.444)	(58.870)
Créditos com outras pessoas ligadas	(92.995)	(100.398)	(92.995)	(100.398)
Dívida líquida	246.979	140.216	246.712	140.654
Total do patrimônio líquido	170.850	127.119	170.869	127.127
Total do capital	417.829	267.335	417.581	267.781
Índice de alavancagem financeira (%)	59	52	59	53

A Companhia conta com linhas de créditos disponíveis e não utilizadas no montante de R\$ 147.914 em 30 de setembro de 2013. Conforme Fato Relevante divulgado ao mercado em 02 de julho de 2013 a Companhia possui linha de crédito aprovada com o Banco do Nordeste do Brasil S/A no valor de R\$ 147.784, cuja finalidade é o investimento da nova unidade fabril na cidade de Marechal Deodoro (AL).

5.3 Instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros por categoria em cada uma das datas apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	118.088	56.576	120.444	58.870
Contas a receber de clientes	158.181	137.626	164.325	142.678
Total	276.269	194.202	284.769	201.548
Passivo, conforme o balanço patrimonial				
Outros passivos financeiros				
Fornecedores	114.390	120.122	116.168	121.113
Empréstimos e financiamentos	338.384	165.600	339.307	166.515
Parcelamento de obrigações tributárias	119.678	131.590	120.844	133.407
Total	572.452	417.312	576.319	421.035

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Conta corrente	2.275	3.155	2.879	3.655
Aplicações financeiras	115.813	53.421	117.565	55.215
Total	118.088	56.576	120.444	58.870

As aplicações financeiras designadas como equivalentes de caixa são participações em fundos de investimento, cuja rentabilidade média do fundo no terceiro trimestre de 2013 foi equivalente a 101,70% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e a aplicação pode ser resgatada a qualquer momento, sem penalidades.

7 Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for inferior a 12 meses.

Em dezembro de 2012 a Companhia celebrou uma operação seguindo as regras determinadas pela Lei nº 4.131 (Trade Exportador) no valor de R\$ 50.000 ao custo de 9,8% a.a. pré fixado, mas com *Swap* para CDI detalhado no item (a) abaixo e prazo de pagamento em 60 meses com carência de 24 meses. Esta operação está classificada no passivo não circulante, atrelada ao grupo de empréstimos e financiamentos. As amortizações são semestrais com início em dezembro de 2014.

a) *Swap* de taxa de juros

Os valores de referência (notional) do contrato de *Swap* de taxas de juros, no trimestre findo em 30 de setembro de 2013 correspondem a R\$ 50.000 à taxa de CDI+1,60% a.a. As amortizações são semestrais, portanto até esta data não ocorreram.

O risco da operação foi registrado no passivo circulante no montante de R\$ 18 e a parcela reconhecida no resultado em 30 de setembro de 2013 totaliza uma perda de R\$ 31 (ganho de R\$ 39 em 31 de dezembro de 2012).

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Contas a receber de terceiros:				
Clientes - mercado interno	134.533	118.935	140.681	123.999
Clientes - mercado externo	23.407	18.183	23.407	18.183
	<u>157.940</u>	<u>137.118</u>	<u>164.088</u>	<u>142.182</u>
Contas a receber de partes relacionadas:				
Entidades ligadas à administração	1.033	1.417	1.033	1.417
	<u>1.033</u>	<u>1.417</u>	<u>1.033</u>	<u>1.417</u>
<i>Impairment</i> de contas a receber de clientes:				
Provisão para devedores duvidosos	(760)	(882)	(764)	(894)
Recomposição do valor nominal ao valor presente	(32)	(27)	(32)	(27)
	<u>(792)</u>	<u>(909)</u>	<u>(796)</u>	<u>(921)</u>
Total	<u>158.181</u>	<u>137.626</u>	<u>164.325</u>	<u>142.678</u>

A movimentação da provisão para *impairment* de contas a receber é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2012	882	894
Provisão (reversão) para <i>impairment</i> de contas a receber	(122)	(131)
Em 30 de setembro de 2013	<u>760</u>	<u>764</u>

A Administração entende que a provisão para créditos de liquidação duvidosa é suficiente para cobrir prováveis perdas na liquidação das contas a receber considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas. Seu valor representa a estimativa de risco de não realização dos recebíveis vencidos sob a análise do gestor responsável.

A constituição e baixa da provisão para contas a receber são registradas no resultado do exercício como despesas comerciais.

a) Composição das contas a receber por idade de vencimento com classificação provisionados e não provisionados

	Controladora							
	30 de setembro de 2013	Duplicatas a vencer não provisionadas	Duplicatas vencidas não provisionadas	Provisão para devedores duvidosos	31 de dezembro de 2012	Duplicatas a vencer não provisionadas	Duplicatas vencidas não provisionadas	Provisão para devedores duvidosos
A vencer	150.842	150.842	-	-	125.911	125.700	-	211
Vencidos até 30 dias	5.924	-	5.819	105	10.846	-	10.834	12
Vencidos de 31 a 90 dias	1.093	-	1.084	9	759	-	727	32
Vencidos de 91 a 360 dias	722	-	386	336	819	-	307	512
Vencidos há mais de 360 dias	392	-	82	310	200	-	85	115
Total	<u>158.973</u>	<u>150.842</u>	<u>7.371</u>	<u>760</u>	<u>138.535</u>	<u>125.700</u>	<u>11.953</u>	<u>882</u>

* Para constituição da provisão para devedores duvidosos considera-se a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado							
	30 de setembro de 2013	Duplicatas a vencer não provisionadas	Duplicatas vencidas não provisionadas	Provisão para devedores duvidosos	31 de dezembro de 2012	Duplicatas a vencer não provisionadas	Duplicatas vencidas não provisionadas	Provisão para devedores duvidosos
A vencer	156.874	156.874	-	-	130.850	130.639	-	211
Vencidos até 30 dias	6.004	-	5.899	105	10.918	-	10.906	12
Vencidos de 31 a 90 dias	1.098	-	1.089	9	760	-	728	32
Vencidos de 91 a 360 dias	753	-	413	340	871	-	347	524
Vencidos há mais de 360 dias	392	-	82	310	200	-	85	115
Total	165.121	156.874	7.483	764	143.599	130.639	12.066	894

* Para constituição da provisão para devedores duvidosos considera-se a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas.

Os recebíveis da Companhia figuram como garantia de alguns dos empréstimos e financiamentos tomados, conforme descrito na nota explicativa nº 22. Seu montante é calculado a partir de um percentual do saldo residual da dívida. Em 30 de setembro de 2013, o total de contas a receber dados em garantia era de R\$ 63.605 (R\$ 63.229 em 31 de dezembro de 2012).

9 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Produtos acabados	117.913	96.460	118.212	96.636
Produtos em processo	6.639	7.826	6.639	7.826
Matérias-primas e materiais de consumo	12.757	11.174	12.757	11.174
Provisão para avaliação de estoques ao valor de realização	(6.664)	(5.505)	(6.732)	(5.568)
Importações em andamento	16.308	9.977	16.308	9.977
Total	146.953	119.932	147.184	120.045

10 Adiantamento a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Adiantamento a fornecedores	5.915	2.156	4.491	954
Mercado interno	5.649	2.112	4.225	910
Mercado externo	266	44	266	44
Total	5.915	2.156	4.491	954

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Circulante				
ICMS	923	530	923	540
IPI (a)	1.029	820	1.029	820
IRPJ/CSLL	-	-	456	459
Outros	177	100	645	245
Total	2.129	1.450	3.053	2.064
Não circulante				
PIS/COFINS sobre ativo imobilizado	537	-	537	-
ICMS sobre ativo imobilizado	3.533	1.682	3.533	1.682
Total	4.070	1.682	4.070	1.682

a) A redução dos percentuais das alíquotas de IPI incidentes sobre os produtos produzidos e comercializados pela Portobello S.A. originalmente permitida pelo Decreto nº 7.032 de 14 de dezembro de 2009, foi pela quarta vez prorrogada, conforme Decreto nº 7.796 de 30 de agosto de 2012, e será mantida até 31 de dezembro de 2013. Esta medida origina créditos que são utilizados trimestralmente para compensação de tributos federais.

12 Créditos com outras pessoas ligadas

A Companhia adquiriu, entre 2001 e 2003, da parte relacionada Refinadora Catarinense S.A. ("Refinadora") créditos fiscais contra a Fazenda Nacional decorrentes de Mandado de Segurança reclamando o direito ao ressarcimento de crédito-prêmio IPI. A Companhia utilizou tais créditos, para liquidação de tributos federais. Conforme previsto no contrato entre as partes, na eventualidade desses créditos não serem validados por parte da Fazenda Nacional, a "Refinadora" deveria ressarcir a Companhia.

O Supremo Tribunal Federal pronunciou-se em meados de 2009 definindo o marco extintivo deste incentivo em 04 de outubro de 1990, extinguindo as pretensões de utilização deste crédito. Dado este fato a Companhia aderiu ao parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, incluindo então o débito decorrente da utilização do crédito adquirido da "Refinadora".

Ressalta-se que a "Refinadora" já havia celebrado contrato com a Companhia garantindo o ressarcimento dos valores utilizados. A referida garantia foi prestada com créditos originados também sobre o benefício fiscal 'crédito-prêmio do IPI', de período de apuração anterior a 04 de outubro de 1990, tramitando na Justiça Federal do Distrito Federal, com decisão de liquidação de sentença transitada em julgada e favorável a Refinadora.

Por ocasião da adesão ao parcelamento da Lei 11.941/09, a Companhia e "Refinadora" firmaram instrumento confirmando como garantia tais créditos, bem como aptos a satisfação da totalidade dos débitos tributários parcelados. Em 30 de setembro de 2013, esses créditos que também têm origem no processo 87.00.00967-9, representam R\$ 92.995 (R\$ 100.398 em 31 de dezembro de 2012) e são atualizados pela taxa SELIC, conforme contrato.

Importa dizer que os créditos em garantia já se transformaram em precatório, com efeito. A Companhia recebeu em agosto de 2011 o valor de R\$ 8.505 referente à primeira parcela anual, de um total de 10

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

parcelas, conforme disposto em contrato. Já a segunda parcela no valor de R\$ 9.824, a Companhia recebeu em março de 2013.

A Refinadora Catarinense S/A foi controladora no passado e atualmente possui acionistas em comum, e permanece financeiramente responsável pelo adimplemento da obrigação.

13 Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista (vide nota explicativa nº 26) e estão discutindo essas questões na esfera administrativa e judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Estes estão registrados pelo valor original atualizado pelos índices relativos à remuneração básica da poupança, TR + 0,5%.

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Cível	12.593	43	12.593	43
Trabalhista	2.431	6.450	2.431	6.487
Tributária	1.986	1.964	1.986	1.964
Total	17.010	8.457	17.010	8.494

A Companhia, em razão de decisão intempestiva e unilateral por parte do fornecedor SC Gás, na suspensão do desconto do valor mensal do gás contratado, benefício intitulado de plano de fidelização, ingressou na justiça, postulando a manutenção do mencionado benefício, tendo sido deferida medida liminar para que os valores referentes ao desconto fossem depositados em juízo. Razão pela qual o saldo de depósito judicial cível apresenta aproximadamente R\$ 12,6 milhões reclassificados em 30 de setembro de 2013, compondo além desta rubrica, também de fornecedores no não circulante conforme nota explicativa 21.b. Ainda neste trimestre houve a baixa de processo judicial trabalhista no montante de R\$ 5.559, em razão de liquidação pecuniária da reclamação trabalhista (nota explicativa 21.a). Ambos os casos não impactaram o resultado da Companhia, pois já estavam reconhecidos na rubrica de fornecedores no circulante.

14 Recebíveis da Eletrobrás

A Companhia moveu ação contra a Centrais Elétricas Brasileira S/A - Eletrobrás visando o ressarcimento do empréstimo compulsório pago através das faturas de energia elétrica entre os anos de 1977 e 1993, com base na Lei 4.156/62.

Em 16 de dezembro de 2005 esta ação foi julgada procedente e em fevereiro de 2006 a Companhia promoveu a ação de execução. Nesta ocasião, a Eletrobrás e União Federal embargaram o processo, reconhecendo como parcela incontroversa o valor de R\$ 6.286 (valores de 01 de março de 2008), representados (i) por meio de depósito bancário no valor de R\$ 4.964, em 01 de abril de 2008 e (ii) pela transferência de 61.209 ações preferenciais nominativas classe "B" da Eletrobrás que foram vendidas em 13 de agosto de 2008 por R\$ 1.597.

A Justiça Federal determinou que o núcleo de contadoria apurasse o valor remanescente devido à Companhia. A contadoria apurou então o valor de R\$ 12.064 em 01 de fevereiro de 2006. A Companhia reconheceu o valor apurado pela perícia judicial e mantém estes valores atualizados pelo INPC acrescido de 12% a.a. Em 30 de setembro de 2010, o saldo remanescente era de R\$ 15.613 antes da atualização.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Submetido o cálculo à revisão, a contadoria da Justiça Federal apresentou novos valores, apurando como 'condenação líquida' o valor de R\$ 24.749. Em setembro de 2010 a Companhia reconheceu a diferença entre os valores apurados anteriormente e o cálculo atual da contadoria da Justiça Federal no montante de R\$ 9.136, registrada sob rubrica "Outras receitas operacionais". O valor do ativo em 30 de setembro de 2013 é de R\$ 41.705 (R\$ 36.819 em 31 de dezembro de 2012).

15 Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O regime tributário da Companhia é lucro real anual, desta forma, durante o exercício social os pagamentos por estimativa são registrados no passivo circulante em contas redutoras dos valores de IRPJ e CSLL a pagar. Esta forma de contabilização foi adotada a partir de 2012, sendo que em 2011 os pagamentos por estimativa foram registrados no ativo circulante.

O imposto de renda e a contribuição social a recuperar e a recolher têm a seguinte composição:

	Ativo Circulante				Passivo Circulante			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Imposto de renda	-	-	409	413	(1.736)	(2.564)	(2.102)	(3.045)
Contribuição social	-	-	47	46	(688)	(924)	(825)	(1.097)
Total	-	-	456	459	(2.424)	(3.488)	(2.927)	(4.142)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do tributo sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis intermediárias. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são os seguintes:

	Controladora e Consolidado	
	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo	25.564	24.867
Diferenças temporárias ativas	25.564	24.867
Portobello previdência	(346)	(246)
Provisão para ajuste a valor de mercado	2.936	2.377
Provisão para contingências	6.540	6.126
Provisão para PIS e COFINS c/ base reduzida do ICMS	12.250	11.171
Provisão para devedores duvidosos	258	300
Provisão participação nos lucros	923	1.775
Provisão incentivo de longo prazo	1.354	740
Outras diferenças temporárias ativas	1.649	2.624
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Passivo	(42.010)	(41.176)
Diferenças temporárias passivas	(42.010)	(41.176)
Realização da reserva de reavaliação	(17.530)	(17.933)
Recebíveis da Eletrobrás	(14.180)	(12.518)
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - fase II	(4.620)	(4.376)
Ajuste a valor presente - Prodec	(1.292)	(1.231)
Ajuste a valor presente de fornecedores	(41)	(142)
Ajuste de depreciação (pela vida útil dos bens)	(4.508)	(4.639)
Variações cambiais pelo regime de caixa	161	(337)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Líquido	(16.446)	(16.309)

A movimentação líquida em 30 de setembro de 2013 da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

	Controladora e Consolidado
Em 31 de dezembro de 2012	(16.309)
Diferenças temporárias ativas	697
Diferenças temporárias passivas	(1.237)
Reserva de reavaliação	403
Em 30 de setembro de 2013	(16.446)

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o período, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora e Consolidado			
	3º Trimestre		Acumulado	
	30 de	30 de	30 de	30 de
	setembro de 2013	setembro de 2012	setembro de 2013	setembro de 2012
	Debitado (creditado) ao resultado		Debitado (creditado) ao resultado	
Ativo de imposto diferido				
Prejuízos fiscais	-	(3.152)	-	(6.165)
Portobello previdência	(33)	(4)	(100)	(46)
Provisão para ajuste a valor de mercado	100	(476)	559	(400)
Provisão para contingências	166	(27)	414	499
Provisão para PIS e COFINS c/ base reduzida do ICMS	201	819	1.079	2.272
Provisão para devedores duvidosos	(106)	(9)	(42)	(633)
Provisão participação nos lucros	19	599	(852)	1.440
Provisão para incentivo de longo prazo	315	-	614	-
Outras diferenças temporárias ativas	(233)	100	(975)	320
Total	429	(2.150)	697	(2.713)
Realização da reserva de reavaliação	134	134	403	403
Recebíveis da Eletrobrás	(422)	(447)	(1.662)	(1.376)
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - fase II	(93)	(85)	(244)	(283)
Ajuste a valor presente - Prodec	(360)	(132)	(61)	346
Ajuste a valor presente de fornecedores	16	42	101	83
Ajuste de depreciação (pela vida útil dos bens)	44	37	131	102
Variações cambiais pelo regime de caixa	(136)	620	498	863
Total	(817)	169	(834)	138
	(388)	(1.981)	(137)	(2.575)

A Companhia não possui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos resultantes de prejuízos fiscais não reconhecidos.

c) Imposto de renda e contribuição social, resultado

As despesas com imposto de renda e contribuição social são apresentadas conforme abaixo:

Movimentação do 3º trimestre de 2013 e 2012:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012
Imposto corrente				
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	(4.869)	(7.349)	(6.930)	(9.399)
Total do imposto corrente	(4.869)	(7.349)	(6.930)	(9.399)
Imposto diferido				
Geração de diferenças temporárias ativas (passivas)	(388)	(1.981)	(388)	(1.981)
Total do imposto diferido	(388)	(1.981)	(388)	(1.981)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(5.257)	(9.330)	(7.318)	(11.380)

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012
Lucro antes do imposto	27.118	31.030	29.198	32.994
Imposto calculado com base em alíquotas de impostos locais	(9.220)	(10.550)	(9.927)	(11.218)
Resultado de subsidiárias por equivalência patrimonial	1.215	358	-	-
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	1.730	33	1.730	291
Depreciação de ativos reavaliados	(134)	(134)	(134)	(134)
Créditos tributários s/ prejuízos fiscais e diferenças temporárias	1.540	2.944	1.401	1.662
Constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos	(388)	(1.981)	(388)	(1.981)
Encargo fiscal	(5.257)	(9.330)	(7.318)	(11.380)

Movimentação acumulada de 2013 e 2012:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012
Imposto corrente				
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	(15.780)	(14.366)	(21.341)	(19.710)
Total do imposto corrente	(15.780)	(14.366)	(21.341)	(19.710)
Imposto diferido				
Geração de diferenças temporárias ativas (passivas)	(137)	(2.575)	(137)	(2.575)
Total do imposto diferido	(137)	(2.575)	(137)	(2.575)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(15.917)	(16.941)	(21.478)	(22.285)

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012
Lucro antes do imposto	67.095	62.431	72.709	67.333
Imposto calculado com base em alíquotas de impostos locais	(22.812)	(21.227)	(24.721)	(22.893)
Resultado de subsidiárias por equivalência patrimonial	3.042	2.408	-	-
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	2.574	156	2.574	414
Depreciação de ativos reavaliados	(403)	(402)	(403)	(402)
Créditos tributários s/ prejuízos fiscais e diferenças temporárias	1.819	4.699	1.209	3.171
Constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos	(137)	(2.575)	(137)	(2.575)
Encargo fiscal	(15.917)	(16.941)	(21.478)	(22.285)

16 Ativo tributário

A Companhia possui processo judicial requerendo o reconhecimento de benefícios fiscais intitulados 'crédito-prêmio do IPI', em diferentes períodos de apuração. O processo nº 1987.0000.645-9 referente ao período de 01 de abril de 1981 a 30 de abril de 1985, já tendo decisão favoravelmente à Companhia, encontra-se em fase de liquidação de sentença com os valores já apurados pela contadoria da Justiça Federal. A Companhia tem expectativa de realização deste ativo em médio prazo. Desta forma, a Companhia reconheceu em novembro de 2009 o valor incontroverso que atualizado até 30 de setembro de 2013 é de R\$ 13.589 (R\$ 12.872 em 31 de dezembro de 2012).

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Ativos contingentes

Os ativos contingentes referem-se aos processos judiciais de nºs 1998.34.00.029022-4 e 1984.00.020114-0 e também tratam do reconhecimento de benefícios fiscais intitulados 'crédito-prêmio do IPI'. Estes processos encontram-se em fases de liquidação de sentença. Todavia, os valores devidos pela União Federal ainda não foram apurados pela Justiça Federal e ainda não podem e não foram reconhecidos como ativos. Entretanto, a Companhia solicitou cálculo dos advogados da causa, que estimam créditos líquidos de provisões atualizados até dezembro de 2009 nos montantes de R\$ 54.605 e R\$ 1.848, respectivamente.

18 Investimentos

a) Participação em controladas

A Companhia é controladora de quatro empresas e os investimentos estão registrados no ativo permanente sob a rubrica "Participação em controladas" e no passivo como "Provisão para perda em investimentos".

	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Percentual de participação	31 de dezembro de 2012	Variações cambiais	Resultado equivalência patrimonial	30 de setembro de 2013
Provisão para perdas em investimentos							
Portobello América Inc.	(45.327)	(42)	100%	(41.496)	(3.789)	(42)	(45.327)
PBTech Ltda.	(6.750)	(1.822)	99,94%	(4.927)	-	(1.821)	(6.748)
Mineração Portobello Ltda.	(998)	(93)	99,76%	(907)	-	(93)	(1.000)
				<u>(47.330)</u>	<u>(3.789)</u>	<u>(1.956)</u>	<u>(53.075)</u>
Investimentos - Participação em controladas							
Portobello Shop S.A.	11.384	10.915	99,90%	480	-	10.904	11.384
				<u>480</u>	<u>-</u>	<u>10.904</u>	<u>11.384</u>
Total investimento em controladas				<u>(46.850)</u>	<u>(3.789)</u>	<u>8.948</u>	<u>(41.691)</u>

No trimestre findo em 30 de setembro de 2013 a Companhia apresenta a provisão para perdas em investimentos da controlada Portobello América Inc. no passivo não circulante, conforme intenção da Administração de capitalizar a dívida da controlada.

As controladas são empresas de capital fechado, cuja participação da Controladora nos ativos, passivos e lucro do exercício é a seguinte:

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	País de constituição	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Receita	Lucro (prejuízo)
Em 31 de dezembro de 2012						
Portobello América Inc.	Estados Unidos	100,00%	355	41.851	425	527
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	1.498	6.426	1.115	(1.363)
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	8.813	8.333	51.530	11.073
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	457	1.363	2.168	149
Em 30 de setembro de 2013						
Portobello América Inc.	Estados Unidos	100,00%	342	45.669	-	(42)
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	2.084	8.834	3.736	(1.821)
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	17.607	6.223	40.631	10.904
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	935	1.933	1.806	(93)

19 Imobilizado

a) Composição

	Controladora			Consolidado			
	30 de setembro de 2013			31 de dezembro de 2012	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012	
	Taxa média anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos		12.141	-	12.141	11.111	12.518	11.488
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	110.600	(18.049)	92.551	82.836	92.676	82.985
Máquinas e equipamentos	7%	358.922	(219.448)	139.474	78.986	139.474	78.986
Móveis e utensílios	10%	8.328	(7.509)	819	951	910	1.061
Computadores	20%	13.845	(12.219)	1.626	1.616	1.672	1.668
Outras imobilizações	20%	219	(201)	18	30	543	89
Imobilizações em andamento (a)		14.452	-	14.452	10.311	14.454	10.779
Total		518.507	(257.426)	261.081	185.841	262.247	187.056

(a) O saldo de imobilizações em andamento é composto substancialmente por projetos de expansão e otimização da unidade industrial da Companhia

Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição, (vide nota explicativa nº 30c).

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº 619/09 e vigente a partir de 01/01/09, a Companhia revisou e alterou a vida útil econômica dos bens de seus ativos imobilizados em 2008, com base no Laudo Técnico emitido pelos Engenheiros da Companhia, e as mesmas taxas foram mantidas de 2009 até a presente data.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Movimentação do imobilizado

	Controladora									
	31 de dezembro de 2011				31 de dezembro de 2012				30 de setembro de 2013	
	Adições	Transfe-rências	Depre-ciação	Baixas	Adições	Transfe-rências	Depre-ciação	Baixas		
Terrenos	11.111	-	-	-	11.111	1.030	-	-	-	12.141
Edificações e benfeitorias	80.366	-	5.291	(2.821)	82.836	-	11.974	(2.259)	-	92.551
Máquinas e equipamentos	70.314	846	19.669	(11.843)	78.986	637	68.372	(8.521)	-	139.474
Móveis e utensílios	1.026	121	18	(214)	951	32	-	(164)	-	819
Computadores	1.389	668	-	(441)	1.616	394	-	(384)	-	1.626
Outras imobilizações	48	-	-	(18)	30	-	-	(12)	-	18
Imobilizações em andamento	13.058	22.560	(24.978)	-	(329)	10.311	84.487	(80.346)	-	14.452
	177.312	24.195	-	(15.337)	(329)	185.841	86.580	-	(11.340)	261.081

	Consolidado									
	31 de dezembro de 2011				31 de dezembro de 2012				30 de setembro de 2013	
	Adições	Transfe-rências	Depre-ciação	Baixas	Adições	Transfe-rências	Depre-ciação	Baixas		
Terrenos	11.488	-	-	-	11.488	1.030	-	-	-	12.518
Edificações e benfeitorias	80.523	-	5.291	(2.829)	82.985	-	11.974	(2.283)	-	92.676
Máquinas e equipamentos	70.314	846	19.669	(11.843)	78.986	637	68.372	(8.521)	-	139.474
Móveis e utensílios	1.156	129	18	(242)	1.061	34	-	(185)	-	910
Computadores	1.406	709	-	(447)	1.668	398	-	(394)	-	1.672
Outras imobilizações	107	-	-	(18)	89	-	466	(12)	-	543
Imobilizações em andamento	13.058	23.450	(24.978)	-	(751)	10.779	84.487	(80.812)	-	14.454
	178.052	25.134	-	(15.379)	(751)	187.056	86.586	-	(11.395)	262.247

Os montantes de depreciação foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme seguem:

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	3º Trimestre				Acumulado			
	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012
Custo dos produtos vendidos	4.052	3.602	4.052	3.602	10.111	10.895	10.110	10.895
Despesa comercial	274	231	290	242	823	677	861	707
Despesa administrativa	139	127	145	127	406	355	424	355
Total	4.465	3.960	4.487	3.971	11.340	11.927	11.395	11.957

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Intangível

a) Composição

	Controladora			Consolidado			
	30 de setembro de 2013			31 de dezembro de 2012	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012	
	Taxa média anual de amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Softwares	20%	12.358	(12.131)	227	311	227	311
Direito de exploração de jazidas	20%	1.000	(700)	300	450	810	457
Marcas e patentes		150	-	150	150	150	152
Fundo de comércio		-	-	-	-	190	190
Sistema de gestão (a)		18.806	(616)	18.190	14.209	18.190	14.209
Total		32.314	(13.447)	18.867	15.120	19.567	15.319

(a) Refere-se aos gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial, também denominado Sistema de Gestão da Cadeia de Valor, representados substancialmente pelos sistemas Oracle, WMS e Demantra e *Inventory Optimization* e pelos desenvolvimentos realizados no processo de gestão da cadeia de valor. Os gastos serão amortizados mediante conclusão das aquisições e implementações de acordo com o prazo de benefício futuro estimado pela Administração da Companhia. Parte do Sistema de gestão que se refere ao WMS já iniciaram as amortizações.

b) Movimentação do intangível

	Controladora						30 de setembro de 2013
	31 de dezembro de 2011			31 de dezembro de 2012			
	Adições	Amortizações		Adições	Amortizações		
Softwares	451	-	(140)	311	-	(84)	227
Direito exploração de jazidas	650	-	(200)	450	-	(150)	300
Marcas e patentes	150	-	-	150	-	-	150
Sistema de gestão	3.407	10.814	(12)	14.209	4.584	(603)	18.190
	4.658	10.814	(352)	15.120	4.584	(837)	18.867

	Consolidado								
	31 de dezembro de 2011				31 de dezembro de 2012				30 de setembro de 2013
	Adições	Amortizações	Baixas		Adições	Amortizações	Baixas		
Softwares	451	-	(140)	-	311	-	(84)	-	
Direito exploração de jazidas	659	-	(202)	-	457	512	(159)	-	810
Marcas e patentes	152	-	-	-	152	-	-	(2)	150
Fundo de comércio	80	210	-	(100)	190	-	-	-	190
Sistema de gestão	3.407	10.814	(12)	-	14.209	4.584	(603)	-	18.190
	4.749	11.024	(354)	(100)	15.319	5.096	(846)	(2)	19.567

Os montantes de amortização foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme seguem:

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	3º Trimestre				Acumulado			
	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012
Custo dos produtos vendidos	138	60	144	60	282	183	289	185
Despesa comercial	202	7	202	7	241	7	241	7
Despesa administrativa	212	22	211	22	314	77	316	77
Total	552	89	557	89	837	267	846	269

c) Plano para amortização do Intangível Consolidado:

	Softwares	Direito de exploração de jazidas	Sistema de gestão (a)	Total
2013	26	75	868	969
2014	68	302	3.497	3.867
2015	45	152	3.497	3.694
2016	40	102	3.497	3.639
2017	40	102	3.152	3.294
2018	8	77	1.412	1.497
2019 a 2034	-	-	2.267	2.267
Total	227	810	18.190	19.227

(a) Plano de amortização baseado na estimativa da conclusão das aquisições e implementações.

Os itens marcas e patentes e fundo de comércio no total de R\$ 340 não sofrem amortização devido a sua vida útil indefinida.

21 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Circulante				
Fornecedores				
Mercado interno (a)	81.781	98.292	83.559	99.283
Mercado externo	32.729	22.249	32.729	22.249
Decomposição do valor nominal ao valor presente	(120)	(419)	(120)	(419)
	114.390	120.122	116.168	121.113
Não circulante				
Fornecedores				
Mercado interno (b)	12.550	-	12.550	-
	12.550	-	12.550	-
Total	126.940	120.122	128.718	121.113

(a)/(b) Variação justificada na nota explicativa 13.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Empréstimos e financiamentos

	Vencimentos	Encargos	Controladora		Consolidado	
			30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Circulante						
Moeda estrangeira						
"Suppliers credit"		VC+5,57% a.a. ¹	4.147	5.877	4.147	5.877
Pré-pagamento e ACC (a)		VC+4,97% a.a. ¹	8.588	2.640	8.588	2.640
FINIMP (b)		VC+2,28% a.a. ¹	32.646	36.814	32.646	36.814
Total moeda estrangeira		VC + 2,75% a.a.	45.381	45.331	45.381	45.331
Moeda nacional						
Exim Pré-embarque TJ 462 (c)		8,00% a.a.	9.428	502	9.428	502
FINEP (d)		6,25% a.a.	5.204	2.966	5.204	2.966
Nota de Crédito de Exportação (e)		9,82% a.a. ¹	15.949	12.602	15.949	12.602
Lei nº 4.131 (f) - (nota 8)		1,60% a.a. + CDI	1.640	354	1.640	354
Arrendamento financeiro (g)		10,09% a.a. ¹	983	917	983	917
BNDES - Progeren (h)		8,49% a.a. ¹	10.755	-	10.755	-
PRODEC (i)		4,00% a.a. + UFIR	5.164	1.955	5.164	1.955
FINAME (j)		3,00% a.a.	10	-	10	-
Capital de giro (k)		10,10% a.a. ¹	14.800	10.957	14.800	10.957
Total moeda nacional		8,64% a.a.	63.933	30.253	63.933	30.253
Total do circulante			109.314	75.584	109.314	75.584
Não circulante						
Moeda estrangeira						
"Suppliers credit"	Out/2016	VC+6,25% a.a. ¹	1.837	2.675	1.837	2.675
Pré-pagamento (a)	Mai/2018	VC+5,63% a.a. ¹	10.453	-	10.453	-
Total moeda estrangeira		VC + 5,72% a.a.	12.290	2.675	12.290	2.675
Moeda nacional						
Exim Pré-embarque TJ 462 (c)	Set/2015	8,00% a.a.	40.833	-	40.833	-
FINAME /POC						
FINEP (d)	Set/2018	6,25% a.a.	20.605	13.926	20.605	13.926
Nota de Crédito de Exportação (e)	Dez/2017	10,14% a.a. ¹	54.000	-	54.000	-
Lei nº 4.131 (f) - (nota 8)	Dez/2017	1,60% a.a. + CDI	50.000	50.000	50.000	50.000
Arrendamento financeiro (g)	Mai/2015	9,95% a.a. ¹	737	1.483	737	1.483
BNDES - Progeren (h)	Mar/2016	8,46% a.a. ¹	20.833	-	20.833	-
PRODEC (i)	Mar/2016	4,00% a.a. + UFIR	24.327	21.932	24.327	21.932
FINAME (j)	Set/2015	3,00% a.a.	5.445	-	5.445	-
Capital de giro			-	-	923	915
Total moeda nacional		8,08% a.a.	216.780	87.341	217.703	88.256
Total do não circulante			229.070	90.016	229.993	90.931
Total			338.384	165.600	339.307	166.515

¹ Taxa média

UFIR - Unidade Fiscal de Referência

ACC - Adiantamento de Contrato de Câmbio

a) Pré-pagamento e adiantamento de contrato de câmbio – A Companhia celebrou contratos de pré-pagamento no montante de US\$ 10,431 em 2010 e 2011. Os contratos tem prazo de até 30 meses e como garantia foram dados recebíveis da Portobello Shop S.A. e Portobello S.A. Em junho de 2013, a Companhia celebrou mais um contrato de PPE, no valor de U\$ 5,000, vencimento do principal em 16 parcelas e juros em 20 parcelas trimestrais sendo a primeira em 20/09/2013. Para este contrato foram dados como garantias 100% Penhor Mercantil.

b) FINIMP (conjunto de linhas de crédito especiais para importação de bens de capital, máquinas, equipamentos, e serviços) – De novembro de 2012 a setembro de 2013, a Companhia celebrou vários

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

contratos de Finimp, no valor de R\$ 32.646 milhões, com prazo médio de 180 dias, sendo os pagamentos efetuados nos finais dos contratos. Para estes contratos não existem cláusulas restritivas e como garantias foram dados recebíveis da Portobello S.A no valor de R\$ 5.687 milhões na média de 17,42% do saldo devedor do contrato.

c) Exim Pré-Embarque – Em agosto de 2013, a Companhia celebrou três contratos, no montante de R\$ 30.000, com vencimento em 12 parcelas mensais, sendo a primeira em setembro de 2014. Para esse contrato foram dados como garantias recebíveis da Portobello S.A, no valor de 20% sobre o saldo devedor do contrato. E em setembro de 2013 a Companhia celebrou um contrato, no valor de R\$ 20.000, com vencimento em 18 parcelas mensais, sendo a primeira em abril de 2014. Para esse contrato foi dado como garantia 100% penhor mercantil e hipoteca de imóveis da Portobello S.A.

d) FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos - Em maio de 2010 a Companhia celebrou um contrato com a FINEP no valor de até R\$ 30.103, com juros de 5% a.a. e prazo de 80 meses, sendo 20 meses de carência. A primeira parcela no montante de R\$ 13.248, foi totalmente liberada em 02 de setembro de 2010. Em dezembro de 2012, foi liberada a segunda parcela, no montante de R\$ 5.572. Para este contrato foi necessária a apresentação de uma carta de fiança bancária ao custo de 1,25% a.a.

e) NCE – Nota de Crédito de Exportação – Em janeiro de 2013, a Companhia celebrou contrato de NCE, no valor de R\$ 20.000 com vencimento em 7 parcelas semestrais, sendo a primeira em 05 de janeiro de 2015. Para esse contrato foram dados como garantias recebíveis da Portobello S.A, no valor de 50% sobre o saldo devedor do contrato. Em fevereiro de 2013, a Companhia celebrou contrato de NCE, no valor de R\$ 10.000 com vencimento do principal em 10 de fevereiro de 2016. Para este contrato não existem cláusulas restritivas, operação *clean* no que se refere á garantias. Em abril de 2013, a Companhia celebrou contrato de NCE, no valor de R\$ 30.000, com vencimento em 5 parcelas semestrais (22/04/2014, 17/10/2014, 15/04/2015, 13/10/2015 e 08/04/2016). Para esse contrato foram dados como garantias recebíveis da Portobello S.A, no valor de 20% sobre o saldo devedor do contrato. Já em junho de 2013, a Companhia celebrou contrato de NCE, no valor de R\$ 10.000, com vencimento em 11 parcelas mensais, sendo a primeira em 07/08/2013. Para esse contrato foram dados como garantias recebíveis da Portobello S.A, no valor de 20% sobre o saldo devedor do contrato.

f) Lei nº 4.131 Trade Exportador com Swap para CDI – Em dezembro de 2012 a Companhia celebrou um contrato no valor de R\$ 50.000 com prazo de pagamento em 60 meses e carência de 24 meses. As amortizações são semestrais (nota explicativa nº 7) e como garantias foram dados recebíveis da Portobello S.A no valor de 50% do saldo devedor do contrato.

g) Arrendamento Financeiro – Em maio de 2012, a Companhia celebrou um contrato de leasing junto ao SG Equipment Finance S.A. no valor de R\$ 2.418 com prazo de 36 meses. Já em julho de 2012, a Companhia celebrou um contrato de leasing junto a Hewlett Packard HP no valor de R\$ 450 com prazo de 36 meses. Para ambos os contratos foram dados como garantias os bens financiados.

h) BNDES (Progeren) - Em janeiro de 2013, a Companhia celebrou um contrato de BNDES (Progeren) no valor de R\$ 20.000 com um ano de carência e 24 parcelas mensais e sucessivas. Para este contrato não existem cláusulas restritivas, sem garantias. Já em março de 2013, a Companhia celebrou outro contrato de BNDES (Progeren) no valor de R\$ 10.000 também com um ano de carência e 24 parcelas mensais e sucessivas. Para este contrato também não existem cláusulas restritivas, mas foram dados recebíveis da Portobello S.A no valor de 40% sobre o saldo devedor do contrato, como garantias.

i) PRODEC - Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - Em julho de 2009 a Companhia obteve Regime Especial do Estado de Santa Catarina. O saldo está sujeito ao ajuste ao valor presente – AVP. A taxa utilizada para fins de cálculo de ajuste a valor presente é a média do capital de giro circulante, 9,69% ao ano.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- O valor diferido é 60% do saldo do imposto gerado no mês que exceder R\$ 761 (média do imposto pago no ano de 2007 e 2008);
- Carência de 48 meses;
- Prazo de 120 meses;
- Atualização monetária de 4% ao ano e variação da UFIR.

j) FINAME – De maio de 2013 a setembro de 2013, a Companhia celebrou contrato de Cédula de Crédito Industrial, no valor de R\$ 5.445, com vencimento em 96 parcelas mensais e carência de 24 meses. Para esse contrato foram dados como garantia os equipamentos financiados.

k) Nota de Crédito Bancário – Em junho de 2013, a Companhia celebrou um contrato de Capital de Giro, no valor de R\$ 18.000, com vencimento em 11 parcelas mensais, sendo a primeira em 08/2013. Para esse contrato foram dados como garantias recebíveis da Portobello S.A, no valor de 20% sobre o saldo devedor do contrato.

As operações de empréstimos e financiamentos com saldos em 30 de setembro de 2013, não apresentam cláusulas restritivas.

Em garantia dos demais empréstimos foram concedidos, principalmente, hipotecas de imóveis, equipamentos, recebíveis da Controladora (nota explicativa nº 8) e de controlada (nota explicativa nº 42), aval dos controladores e de controlada e adicionalmente foram dados em garantia, estoques de produtos acabados no montante de R\$ 30.122.

Os empréstimos de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamentos:

Vencimentos em 1º de outubro	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012
2014	31.583	18.055	31.583	18.055
2015	96.931	25.580	96.931	25.580
2016	56.960	26.963	56.960	26.963
2017	34.402	17.217	34.402	17.217
2018	6.032	2.201	6.955	3.116
2019 a 2022	2.720	-	2.720	-
2023	442	-	442	-
Total	229.070	90.016	229.993	90.931

A exposição dos empréstimos a variações na taxa de juros e as datas de reprecificação contratual nas datas do balanço são como seguem:

	Consolidado	
	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Seis meses ou menos	35.466	41.834
Seis a 12 meses	50.105	5.142
Um a cinco anos	251.308	58.719
Acima de cinco anos	6.379	915
Total	343.258	106.610

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos são apresentados nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Reais	280.713	117.594	281.636	118.509
Euros	540	714	540	714
Dólares dos Estados Unidos	57.131	47.292	57.131	47.292
Total	338.384	165.600	339.307	166.515

O valor justo dos empréstimos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa embasada na taxa de empréstimo de 7,43% (6,26% em 31 de dezembro de 2012).

As obrigações de arrendamento financeiro estão descritas conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos		
Menos de um ano	831	1.107
Mais de um ano e menos de cinco anos	604	1.592
Total	1.435	2.699
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	285	(299)
Valor presente das obrigações de arrendamento financeiro	1.720	2.400
O valor presente das obrigações de arrendamento financeiro é como segue:		
Menos de um ano	983	917
Mais de um ano e menos de cinco anos	737	1.483
Total	1.720	2.400

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Parcelamento de obrigações tributárias

	Obrigações fiscais	Pedido de parcelamento		30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012
		Data	Parcelas a vencer		
Portobello S.A.	INSS	Dez/09	14	3.997	6.302
	IPI	Dez/09	14	2.715	4.281
	PIS	Mar/09	5	66	178
	COFINS	Mar/09	5	304	820
	IRPJ	Mar/09	5	483	1.301
	CSLL	Mar/09	5	180	484
	LEI 11.941/09 (a)	Nov/09	133	111.933	118.224
Total Controladora				119.678	131.590
Parcela do circulante				19.782	22.029
Parcela do não circulante				99.896	109.561
Portobello Shop S.A.	INSS	Nov/09	13	313	507
	COFINS	Mar/09	5	23	61
	IRPJ	Mar/09	5	175	472
	CSLL	Mar/09	5	63	171
	LEI 11.941/09 (a)	Nov/09	133	592	606
Total Controlada				1.166	1.817
Total Consolidado				120.844	133.407
Parcela do circulante				20.386	22.961
Parcela do não circulante				100.458	110.446

O cronograma de pagamentos para os parcelamentos é o seguinte:

Vencimento	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012
2013	5.522	22.031	5.764	22.962
2014	17.669	16.958	18.067	17.341
2015 a 2023 (*)	88.308	84.753	88.794	85.214
2024	8.179	7.848	8.219	7.890
Total	119.678	131.590	120.844	133.407

(*) Em setembro de 2013 e dezembro de 2012 respectivamente, as parcelas anuais agrupadas serão de R\$ 9.812 e R\$ 9.417 para a Controladora e R\$ 9.866 e R\$ 9.468 para o Consolidado.

a) Lei nº 11.941/09 (REFIS - Programa de Recuperação Fiscal)

Nos meses de maio e junho de 2011 a Companhia concluiu o processo de consolidação do parcelamento instituído pela Lei 11.941/09, iniciado com a adesão ao Programa de Recuperação Fiscal, em Novembro de 2009.

Entre a adesão e a Consolidação a Companhia efetuou o recolhimento da parcela mínima de R\$ 395 conforme facultou a legislação. Durante esse período e mais precisamente na consolidação, tomou decisões que refletiram num ajuste econômico positivo de R\$ 3.013, sendo R\$ 3.613 de impacto em outras receitas operacionais e R\$ 600 em despesa financeira. O principal reflexo ocorreu em função da não confirmação da migração de débitos indeferidos no parcelamento da MP 470 para o parcelamento da Lei 11.941/09 (vide nota explicativa nº 24).

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Concluída a consolidação, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas mensais de R\$ 1.233 sem atraso superior a três meses, bem como efetivou a desistência das ações judiciais e renuncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento, e conseqüentemente perda dos benefícios instituídos pela Lei 11.941/09. Estas desistências de ações contra autuações não prejudicam o prosseguimento dos processos em curso na Justiça, referidos na nota explicativa nº 16.

b) Lei 12.865/2013 (MP 615/2013) – Pagamento e parcelamento de débitos fiscais federais (Refis)

Em 9 de outubro de 2013 foi publicada a lei 12.865/2013 (conversão da MP 615/2013), que dentre outras disposições, introduziu novas modalidades de pagamento ou parcelamento de débitos fiscais federais e a reabertura dos prazos de adesão ao intitulado Refis da Crise, instituído pela Lei no 11.941/2009, e ao programa previsto na Lei 12.249/2010.

A Administração está avaliando se irá aderir ou não a esse programa de pagamento e parcelamento de débitos fiscais, cujos prazos para adesão encerram-se em 29 de novembro de 2013 para as novas modalidades de pagamento ou parcelamento de débitos, e em 31 de dezembro de 2013 para reabertura dos prazos de adesão aos programas de pagamento ou parcelamento de débitos federais das Leis nº 11.941/2009 e 12.249/2010, assim como os possíveis impactos decorrentes deste assunto.

24 Débitos Tributários Lei nº 12.249/10 (MP 470 e MP 472)

Em novembro de 2009 a Companhia aderiu ao parcelamento previsto pela MP 470 (aproveitamento indevido de crédito prêmio de IPI), junto à SRF e PGFN. Nesta adesão, além do parcelamento houve a redução dos encargos e a Companhia pode utilizar créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais até 2008, para pagamento dos débitos.

Quando da conversão desta Medida Provisória (Lei nº 12.249/10) em junho de 2010 ficou autorizado à utilização de créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais existentes em 31 de dezembro de 2009. A Companhia fez uso deste benefício e registrou no segundo trimestre de 2010 R\$ 3.252 (vide nota explicativa 33) considerando o parcelamento liquidado.

A PGFN indeferiu parcialmente o pedido em junho de 2010 alegando a necessidade de desistência das ações judiciais que contestavam o crédito, bem como aduziu que não fora preenchido o requisito do “aproveitamento indevido”. A Companhia manifestou-se no sentido de requerer a desistência/renúncia apenas das ações judiciais que contestavam as autuações recebidas da SRF. Todavia, entendeu a Doutra Procuradoria Regional da Fazenda Nacional de Santa Catarina que a desistência/renúncia devia também alcançar as ações declaratórias que objetivam o reconhecimento do Crédito Prêmio de IPI, referidas na nota explicativa nº 16. O Departamento Jurídico da Companhia está adotando as medidas necessárias contra a decisão da PGFN com o propósito de afastar a exigência da desistência/renúncia de ditas ações declaratórias como também a comprovação do “aproveitamento indevido”, manifestamente reconhecido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em sede de lançamento. Este procedimento deliberado pela Administração é secundado por parecer do escritório Demarest Almeida, o qual defende que, para os débitos incluídos no parcelamento da Lei 12.249/10, não é exigível a desistência das ações declaratórias supracitadas, diferentemente do disposto na Lei 11.941/09. Desta forma sustenta que é praticamente certo reverter esta situação perseguindo as diversas instâncias judiciais para, no mérito, afastar os fundamentos do indeferimento. A título de esclarecimento, o mandado de segurança impetrado para buscar a homologação judicial do parcelamento foi denegado em primeira instância. Em sede recursal, o TRF da 4ª Região deu parcial provimento ao recurso. A Companhia mantém o pronunciamento de reverter a questão jurídica remanescente no Superior Tribunal de Justiça.

Na hipótese remota de manter-se a decisão da PGFN até a última instância, o impacto no resultado da Companhia seria de uma perda de R\$ 17.772 em 30 de setembro de 2013, considerando a desconfissão da dívida, a inexistência dos benefícios e a manutenção dos débitos para a situação de

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

passivo contingente, cujo eventual passivo tributário será satisfeito com os créditos decorrentes do processo nº 1998.34.00.029022-4, conforme destacado na nota explicativa nº 17.

25 Impostos, taxas e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012
IRRF	605	1.188	635	1.397
ICMS	4.093	3.551	4.093	3.552
PIS	122	304	198	365
COFINS	561	1.399	911	1.680
Outros	117	103	300	251
Total	5.498	6.545	6.137	7.245

26 Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada na opinião de seus consultores jurídicos e legais, a Administração acredita que o saldo das provisões são suficientes para cobrir os gastos necessários para liquidar as obrigações.

A abertura do saldo das provisões pode ser assim apresentada:

Montante provisionado	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Cíveis	4.515	4.533	5.122	4.575
Trabalhistas	12.478	11.288	12.478	11.288
Tributárias	38.271	35.051	38.271	35.051
Total	55.264	50.872	55.871	50.914
Circulante	2.344	1.288	2.940	1.322
Não Circulante	52.920	49.584	52.931	49.592

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação. E os processos cíveis e trabalhistas são avaliados individualmente pelos consultores jurídicos da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas.

Demonstrativo da movimentação das provisões:

	Controladora			Total
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	
Em 31 de dezembro de 2012	4.533	11.288	35.051	50.872
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	1.754	1.661	3.369	6.784
Provisões adicionais	1.359	792	1.809	3.960
Reversões por não utilização	(200)	(432)	-	(632)
Atualização monetária (nota 33)	595	1.301	1.560	3.456
Reversões por realização	(1.772)	(471)	(149)	(2.392)
Em 30 de setembro de 2013	4.515	12.478	38.271	55.264

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado			Total
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	
Em 31 de dezembro de 2012	4.575	11.288	35.051	50.914
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	3.343	1.661	3.369	8.373
Provisões adicionais	2.885	792	1.809	5.486
Reversões por não utilização	(205)	(432)	-	(637)
Atualização monetária (nota 33)	663	1.301	1.560	3.524
Reversões por realização	(2.796)	(471)	(149)	(3.416)
Em 30 de setembro de 2013	5.122	12.478	38.271	55.871

Comentários sobre os processos cíveis, trabalhistas e tributários:

Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como requeridas em 175 ações cíveis (112 ações em 31 de dezembro de 2012), no âmbito da Justiça Comum e dos Juizados Especiais Cíveis. A maioria das ações é movida por clientes e têm por objeto indenização por alegados danos morais e materiais. Quando aplicável, foram efetuados depósitos judiciais (nota explicativa nº 13).

Os passivos contingentes de natureza cível são relacionados na nota explicativa nº 27.

Trabalhistas

A Companhia e sua controlada Portobello Shop S.A. figuram como reclamadas em 336 reclamações trabalhistas (281 reclamações em 31 de dezembro de 2012), movidas por ex-funcionários e terceiros. Os pedidos referem-se, preponderantemente, na postulação do adicional de insalubridade, matéria já pacificada no TRT da 12ª Região em favor da Companhia. As demais ações referem-se ao pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas-extras, equiparação salarial, correção monetária do FGTS e indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente do trabalho/doenças profissionais. As provisões são revisadas pela Administração de acordo com sua consultoria jurídica. Alguns processos estão suportados por depósitos judiciais (nota explicativa nº 13).

Fazem parte ainda das provisões de natureza trabalhista, notificação fiscal sobre contribuição previdenciária devida pela Companhia sobre a remuneração paga aos segurados, contribuição para financiamento dos benefícios em razão da incapacidade laborativa e contribuições destinadas a terceiros (INCRA e SEBRAE), acrescidos de juros moratórios e multa.

Os passivos contingentes relacionados estão evidenciados na nota explicativa nº 27.

Tributárias

a) INSS sobre Cooperativas

Trata-se de ações impetradas pela Companhia (mandado de segurança) contra o Instituto Nacional do Seguro Social, o qual exigiu o recolhimento da contribuição previdenciária prevista no artigo 22, inc. IV, da Lei nº 8.212/91 com a redação dada pela Lei nº 9.879/99.

A Companhia afirma que no exercício de suas atividades, contrata cooperativas de diversas áreas de trabalho, que lhe prestam serviços especializados, sujeitando ao recolhimento da contribuição, mas entende-se que não há previsão constitucional para sua cobrança, uma vez que ferem os princípios da legalidade, igualdade e da proteção às cooperativas, com base nisso pede-se liminar para que seja declarado o direito de não sujeitar-se ao recolhimento da contribuição previdenciária, bem como de efetuar a compensação de valores que tenha recolhido indevidamente a tal título. O saldo da provisão em 30 de setembro de 2013 soma R\$ 2.242 (R\$ 2.197 em 31 de dezembro de 2012).

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS

A Companhia obteve, em 16 de abril de 2008, liminar concedida através do Mandado de Segurança 2008.34.00.011286-4, para excluir o tributo estadual - ICMS da base de cálculo das contribuições federais do PIS e da COFINS. A partir desta liminar, a Companhia passou a calcular e recolher o PIS e a COFINS desconsiderando o ICMS da sua base de cálculo. Em março de 2013 a juíza da 9ª vara federal da seção judiciária do Distrito Federal prolatou sentença acolhendo a preliminar de legitimidade passiva extinguindo o feito sem julgamento do mérito. A Companhia já apresentou recurso de apelação em face da referida decisão e suspendeu a partir de abril de 2013 os efeitos da decisão liminar. Desta forma a Companhia restabeleceu a base de cálculo do PIS e da COFINS considerando a inclusão do ICMS como parcela constitutiva da base de cálculo. Em março de 2013 sobreveio decisão judicial denegando a segurança, sob o fundamento da ilegitimidade passiva do Secretário da Receita Federal para figurar no pólo passivo da demanda. A decisão já foi objeto de recurso de apelação, mantendo os advogados da causa e a Companhia o veredito de buscar a reforma do julgado e, no mérito, caracterizar que as contribuições do PIS e COFINS não podem ter em sua base de cálculo o ICMS.

Os saldos das provisões para contingências tributárias referentes à exclusão da base de cálculo do ICMS nas contribuições do PIS e da COFINS em 30 de setembro de 2013 somam R\$ 36.029 (R\$ 32.854 em 31 de dezembro 2012).

Os saldos das provisões para contingências tributárias são atualizados pela variação da taxa SELIC no período.

27 Ações possíveis de perda

De acordo com a avaliação dos riscos oriundos dos processos mencionados, a Companhia, com base nos seus assessores jurídicos, estima os montantes dos passivos contingentes. Entende-se que além das provisões reconhecidas contabilmente em suas demonstrações, classificadas como perdas prováveis, existem outras ações cíveis e trabalhistas, que foram classificadas como perdas possíveis a seguir apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Cíveis	1.956	927	2.191	967
Trabalhistas	11.514	10.839	11.514	10.839
Total	13.470	11.766	13.705	11.806

Estes processos são classificados como passivos contingentes porque não é provável a condenação da Companhia. E, em consequência, não será necessária a saída de recursos para liquidar as obrigações.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28 Benefícios a empregados

28.1 Plano de previdência privada

A Companhia e suas controladas desde 1º de novembro de 1997 patrocinam plano de benefícios intitulado Portobello Prev, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão Banco do Brasil e conta com 39 participantes. O plano tem a característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade.

Em 30 de setembro de 2013, o saldo das contribuições especiais referentes ao tempo passado, a serem depositadas na conta individual daqueles participantes que satisfizerem às condições estabelecidas no regulamento do plano, monta em R\$ 2.623 (R\$ 2.918 em 31 de dezembro de 2012) e encontra-se provisionado no passivo não circulante. No momento em que cada participante integrante desta condição tornar-se elegível, a Companhia quitará a parcela de reserva especial atribuível ao mesmo.

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	Controladora	
	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012
Hipóteses econômicas		
Taxa de desconto	6% a.a. (real)	6% a.a. (real)
Taxa de retorno esperado dos ativos	6% a.a. (real)	6% a.a. (real)
Crescimentos salariais futuros	2% a.a. (real) até 47 anos	2% a.a. (real) até 47 anos
Crescimento dos benefícios da Previdência		
Social e dos limites	2% a.a. (real) a partir de 48 anos	2% a.a. (real) a partir de 48 anos
Inflação		
	Desconsiderada	Desconsiderada
Fator de capacidade		
Salários	100%	100%
Benefícios	100%	100%
Hipóteses demográficas		
Tábua de mortalidade	AT 83	AT 83
Tábua de mortalidade de inválidos	Exp. IAPC	Exp. IAPC
Tábua de entrada em invalidez	Hunter Cojugada com Álvaro Vindas	Hunter Cojugada com Álvaro Vindas

28.2 Despesas de benefícios a empregados

a) Despesas incorridas no 3º trimestre de 2013 e 2012:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012
Remuneração	22.604	19.751	24.201	21.164
Benefícios				
Plano de previdência	233	169	265	231
FGTS	1.940	1.837	2.153	1.919
Outros	2.382	1.908	2.467	1.987
Total	27.159	23.665	29.086	25.301

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Despesas incorridas no acumulado de 2013 e 2012:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012
Remuneração	66.466	55.795	70.649	59.779
Benefícios				
Plano de previdência	681	473	826	647
FGTS	5.373	5.094	5.767	5.325
Outros	6.469	5.942	6.692	6.145
Total	78.989	67.304	83.934	71.896

29 Incentivo de longo prazo

Diante da perspectiva de criação de valor para negócio foi instituído e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 10 de maio de 2012, o incentivo de longo prazo (ILP). Este consiste em um programa de meritocracia que visa atrair, reter e reconhecer o desempenho dos profissionais atuantes na Companhia, alinhar os interesses dos executivos aos acionistas da Companhia e estimular permanência nos cargos.

São elegíveis ao ILP diretores e gerentes com classificações de desempenho acima da média, conforme política interna de avaliação de performance, e que mediante a assinatura de um contrato de adesão tornam-se participantes do programa.

No contrato de adesão é definido o número de títulos que cada participante receberá. Os títulos são chamados figurativamente de “ações referência” e não são negociados em mercado de balcão.

A “valorização” dos títulos anualmente é calculada pelo desempenho do ebitda¹ e da relação entre ebitda e dívida líquida². O valor total da despesa é reconhecido durante o exercício no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas da quantidade e valor dos títulos. E reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no passivo.

O pagamento será feito em três parcelas anuais (2015, 2016, 2017) com diferimento de dois anos no início do período (2013 e 2014). A liquidação será completa após cinco anos do reconhecimento inicial (2017) e a Companhia determinará a forma de pagamento, que poderá ser realizada através de valores monetários ou da outorga de ações da Companhia em valor proporcional aos valores apurados pelas métricas do plano.

Se o pagamento for realizado através da outorga de ações deverá ser considerado o valor médio da ação no período de três meses antes da data do pagamento do incentivo. E a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração: (a) emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado; ou (b) vender ações mantidas em tesouraria.

O primeiro grupo de participantes aderiu no exercício de 2012 e o valor presente da obrigação em 30 de setembro de 2013 é R\$ 3.981 na controladora e R\$ 4.798 no consolidado (R\$ 2.176 na controladora e R\$ 2.623 no consolidado em 31 de dezembro de 2012).

¹lucro antes de juros e despesas financeiras líquidas, impostos, depreciação e amortização

² empréstimos e financiamentos somados aos parcelamentos de obrigações tributárias descontados de caixa e equivalentes de caixa, bem como títulos e valores mobiliários.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30 Patrimônio líquido

a) Capital social

A Companhia apresenta um capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 46.065 representado por 159.008.924 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 30 de Abril de 2013 foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária o aumento de Capital Social da Companhia, pela capitalização de reservas no montante de R\$ 5.266, onde R\$ 5.000 provém da rubrica Reserva de Lucros a Distribuir e R\$ 266 da Reserva de Capital, não havendo alteração na quantidade total de ações conforme disposto pelo Art. 169, § 1º da Lei 6.404/76.

Cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais, segundo os direitos e privilégios próprios estabelecidos, por lei e nos estatutos para a sua espécie.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalizando um capital social representado por até 1.159.008.924 ações, sendo vedada a emissão de ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Em 30 de setembro de 2013 havia 62.422.613 ações em circulação, o equivalente a 39,25% do total de ações emitidas (61.992.352 em 31 de dezembro de 2012, equivalente a 38,99% do total). Compreende o saldo das ações em circulação todos os títulos disponíveis para negociação no mercado, excluídos aqueles detidos por controladores, membros do Conselho de Administração e Diretoria.

b) Reserva de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 2012, a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$ 3.283 conforme previsto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

Reserva de lucros a destinar

A reserva de lucros a destinar no montante de R\$ 41.786 em 30 de setembro 2013 (46.786 em 31 de dezembro de 2012) refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados do exercício de 2012, após a destinação de 5% para reserva legal e de 25% de dividendos mínimos obrigatórios.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição.

Foi constituído em decorrência das reavaliações de terrenos, construções e benfeitorias, suportadas em laudo de reavaliação preparado por empresa avaliadora independente, a qual determinou os valores dos bens reavaliados, bem como estabeleceu o novo prazo de vida útil remanescente, que se constituiu em nova base de depreciação ao valor contábil líquido dos referidos bens.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Está sendo realizado conforme a depreciação das construções e benfeitorias reavaliadas registradas contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários. O mesmo efeito da realização do ajuste de avaliação patrimonial está refletido no resultado do exercício, pela depreciação dos ativos reavaliados.

Em conformidade com o ICPC 10, a Companhia registrou um valor complementar de R\$ 2.517 de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o saldo reavaliado dos terrenos, visto que em 2006 quando a reavaliação foi realizada, a legislação não permitia a incidência. O ICPC 10 orienta as Companhias a constituir a provisão de impostos sobre a reavaliação de terrenos quando "é provável que os benefícios econômicos associados ao ativo não depreciável irão se reverter para a própria entidade, sejam estes derivados da venda atual, da venda futura ou do próprio uso do ativo". O imposto de renda e contribuição social diferidos correspondentes ao ajuste de avaliação patrimonial de terrenos, construções e benfeitorias estão classificados no passivo não circulante, conforme nota explicativa nº 15(b).

Considerando o complemento do ajuste de avaliação patrimonial, aprovados pela AGE em 29 de dezembro de 2006, o saldo do ajuste de avaliação patrimonial de ativos próprios, líquido dos efeitos tributários diferidos, monta em R\$ 42.528 em 30 de setembro de 2013 (R\$ 43.713 em 31 de dezembro de 2012), a despesa de depreciação da reavaliação, líquida dos efeitos tributários de IR e CSLL diferidos passivos, no trimestre findo em 30 de setembro de 2013 foi de R\$ 1.185 (R\$ 1.184 em 30 de setembro de 2012), e o saldo do IR e CSLL diferidos sobre o ajuste de avaliação patrimonial registrado no passivo não circulante é de R\$ 17.530 (R\$ 17.933 em 31 de dezembro de 2012), vide nota explicativa nº 15(b).

31 Receitas

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida, apresentada na demonstração do resultado do trimestre findo em 30 de setembro de 2013, é como segue.

a) Receitas auferidas no 3º trimestre de 2013 e 2012:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012
Receita bruta de vendas	263.756	242.083	279.433	257.093
Deduções da receita bruta	(56.819)	(48.454)	(58.488)	(49.966)
Impostos sobre vendas	(50.132)	(44.573)	(51.778)	(46.067)
Devoluções	(6.687)	(3.881)	(6.710)	(3.899)
Receita líquida de vendas	206.937	193.629	220.945	207.127
Mercado interno	187.035	177.368	198.337	191.165
Mercado externo	19.902	16.261	22.608	15.962

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Receitas auferidas no acumulado de 2013 e 2012:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012
Receita bruta de vendas	722.567	605.259	765.476	643.916
Deduções da receita bruta	(156.651)	(125.752)	(161.175)	(129.627)
Impostos sobre vendas	(137.239)	(115.477)	(141.672)	(119.334)
Devoluções	(19.412)	(10.275)	(19.503)	(10.293)
Receita líquida de vendas	565.916	479.507	604.301	514.289
Mercado interno	518.110	445.026	550.125	476.293
Mercado externo	47.806	34.481	54.176	37.996

32 Despesas por natureza

Os custos dos produtos vendidos, as despesas com vendas e administrativas para o trimestre findo em 30 de setembro de 2013 são os seguintes:

a) Despesas incorridas no 3º trimestre de 2013 e 2012:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012
Variações nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração (a)	(2.953)	4.762	(2.953)	4.762
Custos diretos de produção (matérias-primas e insumos)	65.026	59.200	64.315	58.627
Gastos gerais de produção (incluindo manutenção)	7.674	7.734	7.674	7.734
Custo das mercadorias revendidas	47.224	38.233	47.650	38.625
Despesa com transporte das mercadorias vendidas	756	692	756	692
Salários, encargos e benefícios a empregados	29.663	29.213	31.975	31.187
Mão de obra e serviços de terceiros	5.714	5.877	7.888	7.231
Amortização e depreciação	4.889	4.005	4.917	4.016
Despesas com aluguéis e leasings operacionais	2.307	1.842	2.408	1.990
Comissões sobre vendas	5.374	4.247	5.427	4.247
Despesas com marketing e publicidade	2.062	1.861	3.879	2.914
Outras despesas comerciais	4.769	2.414	5.981	3.264
Outras despesas administrativas	1.000	516	1.041	710
Total	173.505	160.596	180.958	165.999

(a) A variação nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração é a diferença entre o custo do produzido e o custo do produto vendido, podendo ficar com saldo negativo pelas baixas de CPV referente produtos que foram produzidos em períodos anteriores que contemplavam a conta de estoque.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Despesas incorridas no acumulado de 2013 e 2012:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012
Variações nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração	(11.793)	(15.304)	(11.793)	(15.304)
Custos diretos de produção (matérias-primas e insumos)	181.353	167.598	179.542	165.961
Gastos gerais de produção (incluindo manutenção)	23.502	23.332	23.502	23.332
Custo das mercadorias revendidas	129.302	91.967	130.453	93.038
Despesa com transporte das mercadorias vendidas	2.006	1.845	2.006	1.845
Salários, encargos e benefícios a empregados	90.763	82.968	96.713	88.518
Mão de obra e serviços de terceiros	16.050	13.709	21.914	18.188
Amortização e depreciação	11.929	12.065	11.990	12.097
Despesas com aluguéis e leasings operacionais	6.400	5.730	6.647	5.880
Comissões sobre vendas	13.596	10.664	13.707	10.664
Despesas com marketing e publicidade	5.504	4.910	10.321	8.141
Outras despesas comerciais	12.447	9.101	15.987	11.145
Outras despesas administrativas	2.663	2.378	2.844	2.594
Total	483.722	410.963	503.833	426.099

33 Outras receitas e despesas operacionais líquidas

As outras receitas e despesas operacionais individuais e consolidadas para o trimestre findo em 30 de setembro de 2013 é a seguinte:

a) Despesas incorridas no 3º trimestre de 2013 e 2012:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012
Outras receitas operacionais				
Receita de serviços com partes relacionadas	581	655	-	-
Receita de serviços prestados a terceiros	226	308	193	308
Créditos tributários	-	3.252	-	3.252
Venda de imobilizado	163	35	163	35
Outras receitas	17	88	21	89
Total	987	4.338	377	3.684
Outras despesas operacionais				
Provisão para contingências (nota 26)	(705)	(316)	(970)	(355)
Provisão para participação no resultado (a)	(927)	(2.719)	(1.117)	(3.220)
Provisão para incentivo de longo prazo (nota 29)	(2.684)	-	(2.860)	-
Consultoria em projeto	(422)	(17)	(422)	(3.614)
Outras despesas	(80)	(247)	(80)	(468)
Total	(4.818)	(3.299)	(5.449)	(7.657)
Total líquido	(3.831)	1.039	(5.072)	(3.973)

(a) Reconhecimento de provisão de participação dos funcionários a ser pago após o final do exercício.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Despesas incorridas no acumulado de 2013 e 2012:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012
Outras receitas operacionais				
Receita de serviços com partes relacionadas	1.468	1.970	-	-
Receita de serviços prestados a terceiros	226	740	193	740
Créditos tributários	-	3.833	-	3.833
Contrato de exclusividade bancária	-	2.100	-	2.100
Reintegra Lei 12.546/11 (a)	2.091	-	2.091	-
Venda de imobilizado	190	35	190	35
Outras receitas	763	218	715	196
Total	4.738	8.896	3.189	6.904
Outras despesas operacionais				
Provisão para contingências (nota 26)	(1.593)	(1.194)	(3.418)	(1.680)
Provisão para participação no resultado (b)	(3.869)	(6.110)	(4.297)	(7.240)
Provisão para incentivo de longo prazo (nota 29)	(3.563)	-	(3.795)	-
Consultoria em projeto	(422)	(17)	(422)	(3.614)
Outras despesas	(1.107)	(607)	(1.182)	(876)
Total	(10.554)	(7.928)	(13.114)	(13.410)
Total líquido	(5.816)	968	(9.925)	(6.506)

(a) Valor referente crédito para compensação de impostos - Reintegra Lei 12.546/11.

(b) Reconhecimento de provisão de participação dos funcionários a ser pago após o final do exercício.

34 Outros ganhos (perdas), líquidos

A variação cambial líquida registrada no sob a rubrica de outros ganhos (perdas) líquidos, individual e consolidada para o trimestre findo em 30 de setembro de 2013 é a seguinte:

	Controladora e Consolidado			
	3º Trimestre		Acumulado	
	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012
Variação cambial líquida				
Contas a receber	273	229	(71)	3.869
Fornecedores	(12)	6	1.147	(592)
Total	261	235	1.076	3.277

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

35 Resultado financeiro

O resultado financeiro individual e consolidado do trimestre findo em 30 de setembro de 2013 é o seguinte:

a) Despesas incorridas no 3º trimestre de 2013 e 2012:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012
Receitas financeiras				
Juros	1.298	458	1.967	503
Descontos recebidos	38	35	40	38
Atualização de ativos	2.928	3.120	2.928	3.120
Outros	34	11	34	11
Total	4.298	3.624	4.969	3.672
Despesas financeiras				
Juros	(5.288)	(3.110)	(5.373)	(3.187)
Encargos financeiros com tributos	(1.916)	(2.202)	(1.937)	(2.235)
Decomposição de desconto de provisões para contingências (nota 26)	(1.263)	(1.093)	(1.293)	(1.096)
Comissões e taxas de serviços	(981)	(337)	(1.004)	(342)
Outros	(526)	(909)	(699)	(923)
Total	(9.974)	(7.651)	(10.306)	(7.783)
Variação cambial líquida				
Empréstimos e financiamentos	(641)	(285)	(641)	(285)
Total	(641)	(285)	(641)	(285)
Total líquido	(6.317)	(4.312)	(5.978)	(4.396)

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Despesas incorridas no acumulado de 2013 e 2012:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012
Receitas financeiras				
Juros	3.073	1.045	4.046	1.169
Descontos recebidos	38	233	40	294
Atualização de ativos	9.434	10.166	9.434	10.166
Outros	409	339	464	339
Total	12.954	11.783	13.984	11.968
Despesas financeiras				
Juros	(13.357)	(11.368)	(13.565)	(11.545)
Encargos financeiros com tributos	(5.315)	(7.805)	(5.379)	(7.946)
Decomposição de desconto de provisões para contingências (nota 26)	(3.483)	(3.301)	(3.550)	(3.308)
Comissões e taxas de serviços	(2.005)	(1.013)	(2.042)	(1.029)
Outros	(3.891)	(519)	(4.148)	(523)
Total	(28.051)	(25.980)	(28.684)	(26.353)
Variação cambial líquida				
Empréstimos e financiamentos	(4.210)	(3.243)	(4.210)	(3.243)
Total	(4.210)	(3.243)	(4.210)	(3.243)
Total líquido	(19.307)	(17.440)	(18.910)	(17.628)

36 Resultado de operações descontinuadas

Em 17 de agosto de 2010, o Conselho de Administração aprovou a descontinuação das atividades operacionais da controlada Portobello América, tendo em vista que a demanda no mercado norte americano, permanecerá contida para os próximos anos. A desmobilização do ativo está em andamento e os principais ativos e passivos desta unidade, bem como os resultados das operações descontinuadas para o trimestre findo em 30 de setembro de 2013, são resumidos a seguir:

	30 de setembro de 2013		31 de dezembro de 2012		Passivo	30 de setembro de 2013		31 de dezembro de 2012	
	Ativo								
Circulante	342		355		Circulante	45.669		41.851	
Disponibilidades	342		272		Aluguéis a pagar	12		12	
Outros	-		83		Dívidas com pessoas ligadas	45.657		41.839	
Total do ativo	342		355		Patrimônio líquido	(45.327)		(41.496)	
					Total do passivo	342		355	

Não houve grupos classificados como mantidos para venda em 2013 e 2012.

O resultado das operações descontinuadas é apresentado de forma consolidada, portanto, além do resultado da subsidiária Portobello América, Inc., (nota explicativa nº 18), considera a porção das operações da Controladora na operação descontinuada. No terceiro trimestre de 2013, o resultado das operações descontinuadas foi um prejuízo de R\$ 42, representado por algumas despesas administrativas ocorridas nesse período.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

37 Lucro por ação

a) Básico

De acordo com o CPC 41 (Resultado por Ação), o lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

Resultado do 3º trimestre de 2013 e 2012:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	21.861	21.700	21.861	21.700
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	159.009	159.009	159.009	159.009
Lucro básico por ação	0,14	0,14	0,14	0,14
Resultado das operações continuadas	21.861	21.700	21.876	21.612
Resultado das operações descontinuadas	-	-	(15)	88
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	159.009	159.009	159.009	159.009
Resultado das operações continuadas por ação	0,13748	0,13647	0,13758	0,13592
Resultado das operações descontinuadas por ação	-	-	(0,00009)	0,00055

Resultado acumulado de 2013 e 2012:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	51.178	45.490	51.178	45.490
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	159.009	159.009	159.009	159.009
Lucro básico por ação	0,32	0,29	0,32	0,29
Resultado das operações continuadas	51.178	45.490	51.220	45.040
Resultado das operações descontinuadas	-	-	(42)	450
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	159.009	159.009	159.009	159.009
Resultado das operações continuadas por ação	0,32186	0,28608	0,32212	0,28325
Resultado das operações descontinuadas por ação	-	-	(0,00026)	0,00283

A Companhia não possui, nem possuiu durante os nove meses de 2013, ações em tesouraria. E a última emissão de ações ocorreu em 2007. Desta forma a quantidade média ponderada de ações é igual ao total que compõe o capital próprio (nota explicativa nº 30). Sendo que este é formado por apenas uma classe de ações ordinárias.

O lucro consolidado atribuível aos acionistas não considera a participação dos não controladores. O mesmo critério foi utilizado para os resultados das operações continuadas e descontinuadas.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Diluído

O lucro diluído por ação é igual ao básico, uma vez que a Companhia não detém contratos ou qualquer instrumento financeiro que conceda ao titular o direito a ações ordinárias.

38 Dividendos

A Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2013 aprovou a proposta da Administração para destinação de parte do resultado de 2012 a título de dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 15.595, sendo que do total destinado à dividendos mínimos obrigatórios, deduziu-se o montante pago em 28 de dezembro de 2012, sendo R\$ 1.853 a título de juros sobre capital próprio, líquido de imposto de renda, e R\$ 5.104 a título de dividendos.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 14 de agosto de 2013 para pagamento no exercício de 2013 o total de R\$ 2,8 milhões a título de dividendos antecipados e R\$ 4,2 milhões a título de juros sobre capital próprio. Com esta deliberação, o montante pago em 26 de setembro de 2013 foi de R\$ 6,9 milhões (R\$ 6,3 milhões, líquido de imposto de renda). O total distribuído equivale a 14% do lucro líquido acumulado da Companhia em 2013.

39 Informações por segmento de negócio

A administração definiu os segmentos operacionais, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria-Executiva.

A Diretoria-Executiva efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a perspectiva dos mercados em que atua: Doméstico (Mercado Interno - Brasil) e Exportação (Mercado Externo - Outros Países).

A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda, exclusivamente, da fabricação e comercialização de revestimentos cerâmicos utilizados no setor de construção civil.

A Diretoria-Executiva avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do resultado operacional (Resultado antes das despesas financeiras líquidas e nos tributos sobre o lucro – EBIT) e não leva em consideração os ativos para a análise de desempenho dos segmentos, dado que os ativos da companhia não são segregados.

As informações por segmento de negócio, revisadas pela Diretoria-Executiva são as seguintes:

a) Resultado do 3º trimestre de 2013 e 2012:

	Em 30 de setembro de 2013			Em 30 de setembro de 2012		
	Brasil	Outros Países	Total	Brasil	Outros Países	Total
Operações continuadas						
Receita	198.337	22.608	220.945	191.165	15.962	207.127
Custo dos produtos vendidos	(127.302)	(12.264)	(139.566)	(121.756)	(10.369)	(132.125)
Lucro operacional bruto	71.035	10.344	81.379	69.409	5.593	75.002
Receitas (despesas) operacionais líquidas	(41.475)	(4.728)	(46.203)	(35.565)	(2.047)	(37.612)
Vendas, gerais e administrativas	(37.157)	(4.235)	(41.392)	(32.114)	(1.760)	(33.874)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(4.553)	(519)	(5.072)	(3.668)	(305)	(3.973)
Outros ganhos (perdas), líquidos	234	27	261	217	18	235
Resultado operacional antes do resultado financeiro	29.560	5.616	35.176	33.844	3.546	37.390
% sobre a ROL	15%	25%	16%	18%	22%	18%

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Resultado do acumulado de 2013 e 2012:

	Em 30 de setembro de 2013			Em 30 de setembro de 2012		
	Brasil	Outros Países	Total	Brasil	Outros Países	Total
Operações continuadas						
Receita	550.125	54.176	604.301	476.293	37.996	514.289
Custo dos produtos vendidos	(358.427)	(31.991)	(390.418)	(308.274)	(24.652)	(332.926)
Lucro operacional bruto	191.698	22.185	213.883	168.019	13.344	181.363
Receitas (despesas) operacionais líquidas	(112.236)	(10.028)	(122.264)	(91.765)	(4.637)	(96.402)
Vendas, gerais e administrativas	(104.220)	(9.195)	(113.415)	(88.776)	(4.397)	(93.173)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(9.004)	(921)	(9.925)	(6.015)	(491)	(6.506)
Outros ganhos (perdas), líquidos	987	89	1.076	3.026	251	3.277
Resultado operacional antes do resultado financeiro	79.462	12.157	91.619	76.254	8.707	84.961
% sobre a ROL	14%	22%	15%	16%	23%	17%

A Companhia não possui clientes que representam individualmente mais de 10% da receita líquida de venda.

40 Compromissos

a) Compromissos para aquisição de ativos

Os gastos contratados na data do balanço, mas ainda não incorridos referente o Imobilizado em 30 de setembro de 2013 somam o montante de R\$ 10.349.

b) Compromissos com arrendamento mercantil operacional

Os arrendamentos mercantis operacionais referem-se a veículos. Os pagamentos mínimos futuros não canceláveis, no total e para cada um dos seguintes exercícios seguintes é:

	Consolidado	
	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Menos de um ano	797	367
Mais de um ano e menos de cinco anos	792	277
Total	1.589	644

41 Cobertura de seguros

Em 30 de setembro de 2013, a cobertura de seguros contra incêndio, roubo, colisão e riscos diversos sobre bens do ativo imobilizado, produtos em estoques e lucros cessantes, é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora e Consolidado
	2013
Coberturas	
Incêndio/raio/explosão qualquer natureza	84.000
Danos elétricos	3.600
Tumultos	1.000
Vendaval/fumaça c/impacto de veículos	25.000
Responsabilidade civil - operações	500
Responsabilidade civil - empregador	500
Lucro cessante dec. vendaval c/impacto	16.000
Lucro cessante dec. básica	35.115

A vigência da apólice corresponde ao período de 14 de fevereiro de 2013 até 14 de fevereiro de 2014 quando a Companhia tem a intenção de celebrar um novo contrato de seguros.

42 Empresas ligadas e partes relacionadas

As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias primas e contratação de serviços, assim como as transações financeiras de empréstimos, captação de recursos entre a Controladora e as controladas, foram realizadas conforme abaixo.

Natureza	Transações com controladas e empresas ligadas	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Ativo			
Dividendos a receber	Portobello Shop S.A.	-	2.073
Contas a receber	Portobello América, Inc.	-	41.839
Créditos com Controladas - Circulante		-	41.839
Contas a receber	Portobello América, Inc.	45.657	-
Contas a receber	PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	3.909	3.424
Mútuo	PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	2.771	1.945
Créditos com Controladas - Não Circulante		52.337	5.369
Créditos com outras pessoas ligadas	Refinadora Catarinense S.A.	92.995	100.398
Passivo			
Dividendos antecipados	Portobello Shop S.A.	(7.100)	-
Outras transações			
Adiantamento a fornecedores	Mineração Portobello Ltda.	1.552	1.207
Contas a receber - líquido de adiantamento	Solução Cerâmica Com. Ltda.	(579)	(1.773)
Contas a receber - líquido de adiantamento	Flooring Revest. Cer. Ltda.	125	1.022
		1.098	456

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Natureza	Transações com controladas e empresas ligadas	3º Trimestre		Acumulado	
		30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012
Receitas					
Prestação de serviços	Portobello Shop S.A.	1.530	1.530	4.590	4.585
Venda de produtos	Solução Cerâmica Com. Ltda.	4.989	5.154	12.132	12.274
Venda de produtos	Flooring Revest. Cer. Ltda.	2.263	1.946	5.778	4.980
Venda de produtos	PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	493	76	1.500	76
Despesas					
Custo dos serviços prestados	Portobello Shop S.A.	(919)	(845)	(3.034)	(2.536)
Compra de produtos	Mineração Portobello Ltda.	(711)	(573)	(1.810)	(1.638)
Aluguel	Gomes Participações Societárias Ltda.	(50)	(67)	(245)	(152)
		7.595	7.221	18.911	17.589

O contrato de mútuo com a controlada PBTech é remunerado pela variação de 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e possui vencimento em 31 de dezembro de 2016.

Não foram dados em garantia de empréstimos, da Controladora, recebíveis da controlada Portobello Shop. A controlada é avalista da Companhia em alguns financiamentos (vide nota explicativa 22).

Neste trimestre a Companhia apresenta o saldo de contas a receber da Portobello América Inc no ativo não circulante, considerando a intenção da Administração de capitalizar a dívida da controlada.

Transações entre as partes relacionadas

A Portobello Shop apresenta contas a receber e receita de serviços referente a royalties de quatro franqueadas que são partes relacionadas. Compõem a rede de franquias uma controlada da Companhia e duas empresas ligadas. Seguem transações:

Natureza	Transações com controladas e empresas ligadas	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012	3º Trimestre		Acumulado		
				Natureza	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012
Ativo				Receitas				
Contas a receber	PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	-	29	Royalties	1.337	1.399	3.185	3.291
Contas a receber	Solução Cerâmica Com. Ltda.	493	515	Royalties	580	510	1.502	1.304
Contas a receber	Flooring Revest. Cer. Ltda.	246	180					
		739	724		1.917	1.909	4.687	4.595

Remuneração do pessoal chave da administração

As despesas de remuneração do pessoal chave da administração, que compreendem os membros da diretoria, conselho de administração, conselho fiscal e gerência, registradas no trimestre findo em 30 de setembro de 2013 são:

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Despesas incorridas no 3º trimestre de 2013 e 2012:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012
Remuneração fixa				
Salários	2.164	1.808	2.514	2.072
Honorários	940	611	940	893
Remuneração variável	2.388	1.161	2.642	1.521
Benefícios diretos e indiretos de curto prazo				
Plano de previdência	184	122	212	180
Outros	317	264	390	322
Benefícios por desligamento	36	158	193	158
	6.029	4.124	6.891	5.146

b) Despesas incorridas no acumulado de 2013 e 2012:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012
Remuneração fixa				
Salários	6.056	5.197	7.034	5.977
Honorários	2.426	1.469	2.793	2.282
Remuneração variável	5.694	2.608	7.129	3.348
Benefícios diretos e indiretos de curto prazo				
Plano de previdência	476	336	612	498
Outros	913	767	1.116	938
Benefícios por desligamento	36	189	193	189
	15.601	10.566	18.877	13.232

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

PROJEÇÕES EMPRESARIAIS

Projeções divulgadas e premissas

a) Objeto da projeção

Investimento na expansão e modernização da unidade fabril em Tijucas com a substituição de uma linha de produção que será voltada ao porcelanato esmaltado de grandes formatos.

b) Período projetado e o prazo de validade da projeção

Crescimento projetado com início no segundo semestre de 2013.

c) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

O aumento do volume de produção projetado para o segundo semestre de 2013 baseia-se na instalação de um novo forno com incremento da produção na ordem de 4,6 milhões m²/ano.

Estima-se que, em 2014, quando a linha estará operando na sua total capacidade produtiva, a nova unidade gere uma receita de R\$ 141 milhões ao ano.

A meta de crescimento em 2013 da Portobello é de 20% e baseia-se nos dados dos últimos 5 anos, haja vista que, segundo os dados de entidades setoriais (ABRAMAT, ANFACER, ANAMACO e IBGE), o setor de revestimentos cerâmicos deve apresentar em 2013 crescimento de 6 a 7%.

Todas as premissas consideradas estão sujeitas a fatores de influência externa, que fogem do controle da administração da Companhia e podem impactar as projeções divulgadas.

d) Valores dos indicadores que são objeto da previsão

Projeções	Valores estimados
Investimento na expansão e modernização unidade fabril em Tijucas	R\$ 86 milhões
Capacidade produtiva da nova linha	4,6 milhões m ² /ano
Receita líquida da nova linha estimada para 2014	R\$ 141 milhões
Meta de crescimento em 2013	20%

Além das projeções divulgadas acima, a Portobello está estudando a implantação de uma unidade industrial, com localização prevista para o estado de Alagoas. Inicialmente estima-se um investimento em torno de R\$ 205 milhões, embora esse estudo ainda não tenha sido concluído.

Vale ressaltar que os valores apresentados acima são meramente estimativas, e de forma alguma constituem promessa de desempenho por parte da Companhia ou de seus administradores.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

a) Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário.

Não houve alterações nas projeções anteriormente divulgadas.

No entanto, informamos que a nova linha de produção entrou em operação em julho de 2013.

Já em relação ao estudo de implantação da unidade industrial no estado do Alagoas, está em fase de detalhamento do projeto executivo.

b) Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções.

As projeções divulgadas ainda foram totalmente realizadas, impossibilitando comparações.

c) Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data da entrega do formulário e, quando for o caso, explicar porque elas foram abandonadas ou substituídas.

As projeções divulgadas permanecem válidas, dado que as estimativas são projetadas para alcançarem resultados a partir do segundo semestre de 2013.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Diretores e Acionistas da
Portobello S.A.
Tijucas - SC

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Portobello S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes aos trimestres anteriores

As informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e ao trimestre findo em 30 de setembro de 2012 apresentadas para fins de comparação foram anteriormente auditadas e revisadas, respectivamente, por outros auditores independentes que emitiram relatórios datados em 26 de Março de 2013 e 13 de Novembro de

2012, respectivamente, que não contiveram qualquer modificação.

Florianópolis, 28 de outubro de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais e Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes

Nos termos da Instrução CVM 480/09, inciso I do artigo 29, em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da referida instrução, a diretoria da Portobello S.A., declara que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia do trimestre findo em 30.09.2013; e
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de revisão especial da KPMG Auditores Independentes, relativamente às Informações Trimestrais da Companhia do trimestre findo em 30.09.2013.

Composição da Diretoria

Cesar Gomes Júnior – Diretor Presidente
Cláudio Ávila da Silva – Diretor Vice-Presidente
John Shojiro Suzuki – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Mauro do Valle Pereira – Diretor

Tijucas, 08 de novembro de 2013.

Cesar Gomes Júnior

Cláudio Ávila da Silva

John Shojiro Suzuki

Mauro do Valle Pereira

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais e Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes

Nos termos da Instrução CVM 480/09, inciso I do artigo 29, em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da referida instrução, a diretoria da Portobello S.A., declara que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia do trimestre findo em 30.09.2013; e
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de revisão especial da KPMG Auditores Independentes, relativamente às Informações Trimestrais da Companhia do trimestre findo em 30.09.2013.

Composição da Diretoria

Cesar Gomes Júnior – Diretor Presidente
Cláudio Ávila da Silva – Diretor Vice-Presidente
John Shojiro Suzuki – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Mauro do Valle Pereira – Diretor

Tijucas, 08 de novembro de 2013.

Cesar Gomes Júnior

Cláudio Ávila da Silva

John Shojiro Suzuki

Mauro do Valle Pereira